

## 02 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

## 03 EDITORIAL

## 04 AGENDA NOTICIOSA

Aniversários:

- 04 Unidade Nacional de Trânsito
- 06 Comando Territorial de Beja
- 07 Comando Territorial de Vila Real
- 08 Unidade de Ação Fiscal
- 10 Transporte Urgente de Órgãos  
Dia da Padroeira da GNR
- 11 Campeonato do Mundo de *Stick Fighting* 2016
- 12 Crime de Maus-Tratos em Animais  
Desmantelamento de Fábrica de Cigarros Artesanais
- 13 Operação FRONTEX - Bulgária  
TISPOL - *Truck and Bus Operation*
- 14 Tentativa de Burla a Seguradora  
Recuperados mais de 4 000 euros
- 15 Apreensão de Haxixe  
Quartel de Faro Recebe «Mostra de Cinema ao Ar Livre»
- 16 Apreensão de Canábis  
Desmantelamento de Estufa
- 17 Detidos Incendiários em Flagrante Delito
- 18 Detenção por Condução Perigosa de Veículo

## 19 TEMA DE CAPA

O Comando Territorial de Lisboa

- 20 Síntese Histórica
- 24 Componente Territorial
- 29 Componente do Trânsito
- 32 Componente de Proteção da Natureza e do Ambiente
- 39 Componente da Investigação Criminal
- 42 Componente de Intervenção

## 48 ESTUDF

- 48 Fenotipagem Forense de ADN
- 61 Ártico - A Geopolítica do Novo Norte

## 71 CONHECER

- 71 Padroeira da Guarda Nacional Republicana - Razões da Sua Proclamação



Patrulhamento misto em Sintra

**Ficha Técnica**

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 — Fax 213217159;

**E-mail geral:** [revista@gnr.pt](mailto:revista@gnr.pt);

**Diretor:** Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral, coronel de Cavalaria (Res) **I Chefe da Divisão da Revista:** Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, coronel de Administração Militar **I E-mail:** [revista.direccao@gnr.pt](mailto:revista.direccao@gnr.pt) **I Redação:** Fernando Custódio Borges, cabo-chefe de Cavalaria; Cláudio Alexandre, guarda-principal de Infantaria **I Serviços Administrativos:** Carla Almeida, cabo de Infantaria; José Rasteiro, guarda-principal de Infantaria **I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, cabo de Infantaria **I Fotografia:** Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Gráfica/GNR. **I Tiragem:** 2800 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; **Assinatura Anual:** € 6,00; Ano XXVIII - N.º 111 - julho - setembro de 2016. Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não, necessariamente, um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.

## Referências Elogiosas

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva da Escola Secundária de Pombal que a seguir se transcreve: «Venho por este meio reconhecer a mais-valia na formação prestada aos alunos bem como a disponibilidade das pessoas que lhe ministraram a formação. Esta parceria entre a Escola Secundária de Pombal e os GIPS foi muito importante para a formação dos alunos, que chegaram ao final muito satisfeitos, mas com alguma tristeza de a mesma ter terminado. Reconhecem a importância da formação a nível de conteúdos programáticos, mas não mais importante a formação a nível pessoal, proporcionada pelas pessoas que os acolheram e que não esquecerão enquanto Homens do amanhã. Em nome da Escola Secundária de Pombal, agradeço esta oportunidade que foi dada aos alunos com a certeza que contribuimos com o nosso dever de cidadania. Quero deixar um agradecimento ao Comandante do Comando de Doutrina e Formação, Major-General Rui Fernando Batista Moura e ao Chefe da Divisão de Ensino Comando da Doutrina e Formação, Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto, pessoa com a qual contactei diretamente, e que desde o primeiro contacto se mostraram recetivas ao pedido por mim efetuado, a todos os militares que fazem parte do Centro de meios aéreos de Pombal e em particular ao Comandante da Companhia, Capitão Fernandes, ao Cabo Prazeres, ao Cabo Pragosa, ao Cabo Alves, ao Sargento-Ajudante Lopes, ao Guarda-Principal Raimundo e ao Guarda Nunes, que tornaram possível esta experiência aos alunos.

Assim, esperamos que esta parceria entre a Escola Secundária de Pombal e os GIPS se mantenha no próximo ano letivo.»

Adelaide Sousa  
Diretora

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva da Cercibeja que a seguir se transcreve:

«A Cercibeja, em parceria com a BejaBikeStore, organizaram pela primeira vez, um evento que conjugou aspetos desportivos com um cariz solidário. A conjuntura obriga a que estejamos cada vez mais sensíveis a estas causas e a Cercibeja tem provado ser uma entidade com uma grande capacidade de mobilização de pessoas e recursos para dar resposta a este tipo de eventos.

Estamos na posição de afirmar que o "1.º GRANFONDO SOLIDÁRIO - CERCIBEJA" foi um êxito. Devemos, contudo, referir que existem alguns aspetos que se podem melhorar, uma vez que foi a primeira vez que se organizou este evento.

Queremos desta forma, deixar o nosso agradecimento ao Comando Territorial de Beja – GNR, enaltecer o trabalho desempenhado pelo Comandante do Destacamento de Trânsito de Beja Alferes Pasadas, Sargento-Ajudante Feixeira, Guarda-Principal Rogado, Cabo Amaro, Cabo Rodeia, Cabo Laurindo, Guarda-Principal Horta e Cabo-Chefe Emídio, pela sua imprescindível participação e apoio prestado à organização deste evento.

É de extrema importância realçar que são projetos deste cariz que permitem dar continuidade a um bom funcionamento da nossa instituição - CERCIBEJA e promovem um desenvolvimento social e económico da nossa região, fundamental para o crescimento do Alentejo.»

A Direção

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva do Município de Caminha que a seguir se transcreve:

«O concelho de Caminha viveu dias dramáticos com os incêndios que fustigaram muitas das nossas freguesias, do nosso montado, das nossas florestas e, em muitos casos, os pertences de tanta gente. No contexto da vaga de incêndios que assolou o país e perante condições climatéricas extremas e propícias à propagação de incêndios, o nosso concelho viveu uma situação de risco máximo que poderia ter resultados ainda mais nefastos não fosse o empenhamento de todos face à manifesta falta de meios para uma ocorrência de tal dimensão.

Venho junto de V. Excelência e da Instituição que representa, apresentar, em nome do Município de Caminha, o meu reconhecimento e agradecimento pelo contributo dado neste combate tão desigual. Permita-me, em si, agradecer a todas as mulheres e todos os homens que, de uma forma ou de outra, com muito sacrifício e, tantas vezes, arriscando a sua vida, deram o seu melhor para apagar este imenso fogo que consumiu grande parte da nossa terra.

nenhuma palavra vale tanto como os gestos de altruísmo e profissionalismo que pude testemunhar, mas não podia deixar de verter em carta a enorme admiração que a população de Caminha sente por aqueles que lutaram a seu lado para debelar o flagelo que sobre nós se abateu em forma de chama. Sublinhando o meu agradecimento, apresento os meus cumprimentos.»

Miguel Alves  
O Presidente



**E**m próximos números procuraremos dar a conhecer os Comandos Territoriais da Guarda Nacional Republicana, unidades basilares e responsáveis por uma verdadeira malha, que cobrindo o Território Nacional, liga os locais mais recônditos aos mais centrais, os mais populosos aos mais despovoados, os mais urbanos aos mais rurais e o interior ao litoral, afirmando a nossa presença nas fronteiras terrestre e marítima, corporizando, assim, uma tessitura disseminada, interligada e presente de norte a sul, no continente e nas regiões autónomas.

Não será demais referir a influência que estas Unidades têm nos Militares da Guarda, quer no que respeita à sua formação técnico-profissional, quer no que toca ao relacionamento humano: interno (coesão) e externo (uma força humana, próxima e de confiança). A proximidade e o entrosamento com as populações, a presença amiga, imediata e, por vezes, a única nos momentos de aflição e de necessidade, concomitantemente com a preocupação em garantir a protecção de pessoas e bens, com sentido de adequação e proporcionalidade, são determinantes para vincar o espírito identitário dos militares ao serviço da Lei e da Grei.

Começaremos a abordagem à “quadrícula territorial” da Guarda pelo Comando Territorial de Lisboa, um dos que possui maior efectivo e se encontra situado no distrito de Lisboa.

As páginas dedicadas ao Comando Territorial de Lisboa evidenciam a importância desta unidade, dos seus destacamentos e postos, no cumprimento da missão da Guarda, destacando-se o seu papel primordial na ordem, segurança e tranquilidade públicas. A sua área de actuação, apesar de apresentar realidades diversas como Sintra, Mafra ou Ericeira, é, em grande parte, composta pelos espaços suburbanos e periféricos da capital, zona em que se movimentam diariamente milhares de pessoas, utilizando a rede viária e/ou ferroviária da zona metropolitana de Lisboa.

As mudanças operadas na sua estrutura organizacional, na preparação e especialização, a par da polivalência dos seus militares e civis, são bem elucidativas da preocupação em responder aos anseios e às exigências das populações, através de uma intervenção multifacetada, conjugando distintas valências multidisciplinares sob comando único.

A prevalência da actuação preventiva na acção policial, caracterizada pela eliminação de focos geradores de actos ilícitos e comportamentos desviantes; o contacto directo com a população; a ligação permanente com outros actores sociais; o envolvimento em programas de policiamento de proximidade, potenciadores do reforço do sentimento de segurança; a firmeza e decisão na reposição da ordem pública e, por último, a aposta num serviço de qualidade são a garantia do cumprimento da missão atribuída ao Comando Territorial de Lisboa.

Quartel em Lisboa, Carmo, 27 de Setembro de 2016

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral  
Coronel de Cavalaria (Res)

# Aniversários

## Unidade Nacional de Trânsito

A Unidade Nacional de Trânsito (UNT) comemorou no dia 01 de julho de 2016, o seu 7.º aniversário, numa cerimónia evocativa com a simplicidade, dignidade e solenidade dos atos militares.

A UNT é herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico e documental da extinta Brigada de Trânsito, da qual mantém o Estandarte Nacional, a simbologia, o dia festivo e a divisa. Como Unidade Especializada, no âmbito da fiscalização, ordenamento e disciplina de trânsito, responsável pela uniformização de procedimentos e pela formação contínua dos militares, realiza ações especiais de fiscalização em qualquer parte do Território Nacional, abrangida pela competência territorial da Guarda Nacional Republicana. A UNT compreende dois Destacamentos de Ação Conjunta, sediados em Lisboa e Porto.

A cerimónia, realizada no Aquartelamento da GNR em Queluz, foi presidida pelo Excelentíssimo major-general, João Paulo Silva Esteves Pereira, comandante do Comando de Doutrina e Formação da Guarda.

A alocução proferida pelo comandante da UNT, coronel Gabriel Chaves Barão Mendes, destinou-se a todos os militares da Unidade, salientando-se *«o valor que os militares sob o seu comando representam, a abnegação e o espírito de sacrifício que sempre souberam demonstrar na execução das tarefas que lhes são atribuídas, sem regatear esforços, serenos na ação e constantes no excelente desempenho»*.

Exortou os mesmos a continuar a fortalecer os laços de franca camaradagem que os define, a olharem os inúmeros desafios que lhes colocam no caminho e que enfrentam de cabeça erguida e com a sua característica vontade de bem cumprir, em obediência a dois grandes princípios que são, afinal, aqueles que os orientam: primeiro que *«missão dada é missão cumprida»* e segundo *«se fosse fácil estariam cá outros»*. Que estivessem pois de consciência tranquila, o País

pode contar com eles para continuarem a resgatar vidas à morte na estrada, a estarem presentes nas vias rodoviárias, vigilantes e atentos aos comportamentos que conduzem à sinistralidade grave, a promover mais e melhor segurança rodoviária, a primarem pela excelência da formação que ministram aos militares da valência de trânsito, presentes em todo o Território Nacional.

Agradeceu ainda o facto de os militares sob o seu comando serem uma referência a nível nacional, de ímpoluto comportamento cívico e profissional, de boa formação técnica, sendo ainda detentores do conhecimento legislativo adequado, mesmo que num universo muito complexo, e, sobretudo, serem apontados pela nossa Instituição como os militares melhor preparados para a execução de missões mais exigentes no âmbito da especialidade de trânsito.

Sob a divisa de *«Isenção, Firmeza e Cortesia»*, continuem a granjear o respeito dos condutores, a admiração dos nossos pares e a inequívoca confiança política na nossa ação, levada a termo por poucos, que no entanto, marcam presença em todo o Território Nacional, ajudando e complementando a ação dos Comandos Territoriais, numa clara coesão institucional e bem cientes da missão comum de proteção das populações, de zelo pela integridade da vida dos portugueses e pela criação de melhores condições de segurança para a sociedade.

De seguida, foram impostas condecorações a onze militares da Unidade e continuamente houve lugar à homenagem aos militares mortos no cumprimento da Missão, na escadaria do Comando da Unidade, herdeira e fiel depositária do espólio da Brigada de Trânsito, onde se encontram colocadas individualmente, 36 placas com o nome dos militares da especialidade de Trânsito mortos no cumprimento da missão, durante os 45 anos da sua existência.



## Comando Territorial de Beja



O VII Aniversário do Comando Territorial de Beja da Guarda Nacional Republicana foi celebrado em Serpa, com um conjunto de atividades organizadas em parceria com a autarquia.

No âmbito das comemorações, realizou-se no dia 28 de julho, no Musibéria, um seminário dedicado à segurança na terceira idade. A abertura realizou-se com um momento musical protagonizado pelo Grupo Coral da Academia Sénior de Serpa e seguiram-se as intervenções da Guarda Nacional Republicana, Santa Casa da Misericórdia de Serpa e Administração Regional de Saúde do Alentejo.

No dia 1 de agosto, à tarde, uma cerimónia militar na Rua dos Arcos juntou cerca de 70 militares na parada.

Destacou-se também a realização de um evento musical de cariz solidário, no Cineteatro Municipal de Serpa, que contou com a atuação do Quarteto de Cordas da Banda da GNR, do Grupo Coral de Cantares Alentejanos da GNR, do Grupo Coral e Etnográfico da Casa do Povo de Serpa e do Rancho de Cantadores da Aldeia Nova de S. Bento, acompanhados por António Zambujo. A totalidade da receita da bilheteira foi doada à Santa Casa da Misericórdia de Serpa.



## Comando Territorial de Vila Real



No dia 24 de agosto de 2016, o Comando Territorial de Vila Real comemorou, na cidade de Chaves, o seu 7.º aniversário com a realização de uma cerimónia militar. A cerimónia que decorreu durante a tarde, na Praça de Camões, foi presidida pelo Exmo. tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, 2.º comandante-geral da Guarda. Durante a manhã, realizaram-se cerimónias nos quartéis do dispositivo no distrito, onde foi lida a mensagem do comandante da unidade, coronel de Cavalaria Fernando da Rocha Marques. Na cerimónia principal estiveram ainda presentes, o presidente da Assembleia Municipal e o vice-presidente da Câmara Municipal de Chaves, o presidente da Câmara Municipal de Boticas, o presidente da Câmara Municipal de Montalegre, e representantes dos presidentes das Câmaras Municipais de Peso da Régua e de Vila Pouca de Aguiar, e, ainda, diversas entidades civis, militares e religiosas, nomeadamente aquelas com quem os efetivos locais da GNR interagem regular-

mente no Distrito de Vila Real. Como é apanágio dos militares da Guarda, o evento decorreu de uma forma simples e digna, mas com grande simbolismo e significado. A cerimónia teve início pelas 16H00, com a apresentação das forças em parada à entidade que presidiu, a integração do Estandarte Nacional, seguindo-se uma alocução do comandante da unidade e uma alocução do 2.º comandante-geral da Guarda Nacional Republicana. Após a imposição de condecorações a militares da unidade, foi prestada homenagem aos militares que, na situação de ativo, faleceram no último ano. A cerimónia militar principal terminou com a banda marcial e a fanfarra da GNR sob a batuta do maestro, sargento-mor Pinto, a tocar alguns temas musicais que abrilhantaram a cerimónia e entusiasmou a assistência numerosa. Ainda inserida nas comemorações do aniversário, no dia 23 de agosto, a Unidade levou a efeito no Jardim do Tabolado da cidade de Chaves, uma mostra de meios e capacidades da Unidade.



## Unidade de Ação Fiscal

Em 22 de setembro último tiveram lugar as Cerimónias Comemorativas do 8.º Aniversário da Unidade de Ação Fiscal (UAF) que decorreram na Doca do Espanhol, em Lisboa e, paralelamente, na sede de todas as Subunidades do seu dispositivo.

A cerimónia militar principal foi presidida pelo comandante-geral, tenente-general Manuel Mateus Costa da Silva Couto, tendo as forças em parada sido constituídas por uma força de escalão Batalhão comandada pelo 2.º comandante da Unidade, tenente-coronel Amândio Marques.

No discurso então proferido, o comandante da Unidade de Ação Fiscal, coronel Armando Magalhães Pereira, começou por lembrar a todos os presentes, não só por dever, mas por ser da mais elementar justiça, os comandantes da Guarda Fiscal, da Brigada Fiscal e seus antecessores, os oficiais, sargentos e guardas que serviram nas antecessoras da Unidade de Ação Fiscal, que muito contribuíram para a formação profissional e da cultura fiscal dos militares que atualmente prestam serviço na Unidade.

Prosseguiu a sua intervenção pautando o seu discurso com algumas notas sobre a situação do País, tendo referido designadamente as dificuldades sentidas diariamente no cumprimento da missão, expressando que... «a livre circulação de mercadorias na União Europeia, as possibilidades proporcionadas pela sociedade digital, os avanços tecnológicos, a desmaterialização das relações sociais e dos contactos e a falta de harmonização fiscal dentro da União Europeia, são factores que proporcionam um contexto facilitador do

desenvolvimento de atividades criminosas dirigidas à evasão e fraude aos impostos, ao mesmo tempo que dificultam fortemente o seu combate» e que... «A sociedade civil está hoje muito mais ciente, por força da crise económica e financeira que nos últimos anos afetou o país, a União Europeia e o mundo, e, sobretudo, pelas consequências das medidas de austeridade, da forma como a tributação interfere na sua vida quotidiana, na vida das empresas e na vida das famílias». Ao explanar o seu discurso enalteceu a entrega de todos os militares na missão tributária, seja na fiscalização no terreno, seja na componente da investigação dos crimes e das contraordenações e frisou que «...durante o ano que passou, detetámos 21 596 infrações que correspondem a um aumento do produto operacional direto de aproximadamente 20 % e que, considerando apenas as contraordenações, se traduziu numa receita estimada, calculada pelo valor mínimo das coimas, de aproximadamente quatro milhões de euros.

O montante estimado da fraude tributária resultante dos processos-crime em investigação na Unidade, ascende a cerca de 192 milhões de euros».

Mas, a estes elementos adensam-se ainda os resultados obtidos através dos «...órgãos de investigação de crimes e contra-ordenações da Unidade, sedeados nos diferentes Destacamentos, que concluíram este ano 3 592 processos, de um movimento de 6 076, provenientes de infrações, na sua maioria aduaneiras, mas também resultantes de delitos em diversas áreas da atividade económica».



Ao longo da alocução destacou o passado da Unidade e abordando uma visão futura da Unidade disse que... «tem por isso a ambição de nos próximos anos alterar o paradigma da fiscalização tributária em Portugal, para alcançarmos uma maior eficácia no combate à economia paralela, o que nos propomos alcançar da seguinte forma: Em primeiro, pelo aprofundamento da especialização e qualificação do nosso efetivo; Em segundo, pela inovação tecnológica. A este respeito destaco a nossa intenção de desmaterializar a elaboração e o processamento dos autos de notícia e de dispor de equipamentos de fiscalização não intrusivos e que melhor potenciem a realização de controlos com base na análise de risco; Em terceiro, pelo acesso aos sistemas de informação tributária relevantes para o desenvolvimento da nossa atividade de prevenção e fiscalização tributárias».

No âmbito da colaboração com outras entidades, destacou... «que a articulação entre a Unidade de Ação Fiscal e a Autoridade Tributária é um factor crítico do sucesso do combate à evasão e fraude fiscais» e que... «o clima de cooperação que tem pautado a nossa comum atividade e o bom relacionamento institucional, manifesto nos encontros ao mais alto nível e de natureza setorial que intensivamente se desenvolveram nos últimos dois meses, prenunciam um melhor entrosamento e articulação institucional entre a nossa Unidade e a Autoridade Tributária» e com a certeza que quando... «ultrapassados estes constrangimentos, a Unidade de Ação Fiscal ficará melhor capacitada para exercer as suas

competências de prevenção e fiscalização tributárias, a Autoridade Tributária disporá de informação mais qualificada para prosseguir as suas atribuições e, sobretudo, é o combate à evasão e fraude tributárias que inquestionavelmente sairá mais reforçado».

Praticamente no *terminus* do discurso, dirigiu-se aos militares da Unidade de Ação Fiscal... «Tudo tendes superado em prol do cumprimento da missão. Os resultados da atividade operacional desenvolvida ao longo deste último ano, que atrás citei, espelham bem o vosso empenhamento, o elevado profissionalismo e a total entrega ao cumprimento das tarefas que vos são cometidas» e que «As dificuldades materiais e humanas com que nos debatemos e os desafios da qualidade e da eficácia que hoje se nos colocam, apelam ao melhor que há em todos vós de generosidade, de espírito de sacrifício e de sentido do dever». Terminou o seu discurso afirmando que... «Conto convosco para que, no futuro, continuem a cumprir a vossa missão com competência, dedicação e honestidade, na defesa da economia do País e para prestígio e engrandecimento da Unidade de Ação Fiscal e da Guarda Nacional Republicana, no respeito da divisa “PELA LEI E PELA GREI”».

A cerimónia militar terminou com a imposição de condecorações a militares da Unidade no ativo e na reserva e por fim, o desfile das forças em parada.

Em todas as Subunidades da Unidade decorreram igualmente cerimónias que consistiram no içar da Bandeira Nacional, com formatura geral do efetivo e leitura da mensagem do comandante da Unidade.

### Transporte Urgente de Órgãos

A Guarda Nacional Republicana desempenha desde 1994, através da sua valência de trânsito, a missão de transporte de órgãos entre vários centros hospitalares, em todo o território nacional.

Nesta missão, a Guarda é contactada pela Unidade de Saúde que detém o órgão a ser transportado, espoletando de imediato uma patrulha de trânsito que se desloca até esta, transportando o órgão nas exigidas condições térmicas até ao seu destino, ou seja, até ao bloco operatório da unidade hospitalar requisitante. Estas acções exigem uma sincronia perfeita entre as entidades requisitantes

e o efectivo da Guarda, pois têm de ser conjugadas com as intervenções médicas a que os receptores estão a ser sujeitos.

Dos 179 transportes de órgãos realizados desde o início do ano, a Guarda Nacional Republicana empenhou 361 militares, percorreu 26 141 quilómetros ao longo de todo o país, onde existem centros hospitalares com capacidade para efectuar transplantes. A título informativo, os três distritos com maior número de transportes foram os de Lisboa com 45, seguido do de Setúbal com 37 e de Viseu com 20.



### Dia da Padroeira da GNR - Nossa Senhora do Carmo

No dia 16 de julho, o Comando Territorial de Aveiro, pelo terceiro ano consecutivo, associou-se à Venerável Ordem dos Padres Carmelitas Descalços e à Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Aveiro na prestação de homenagem à Padroeira da GNR – Nossa Senhora do Carmo, participando ativamente na Eucaristia Solene e na Procissão.

A Eucaristia Solene foi celebrada na Igreja da Ordem dos Padres Carmelitas Descalços de Aveiro, presidida pela Sua Excelência Reverendíssima, o bispo de Aveiro, D. António Moiteiro. No final da Eucaristia houve a consagração dos militares e civis do Comando Territorial de Aveiro a Nossa Senhora do Carmo, feita pelo Exmo. comandante da Unidade,

coronel Nelson Manuel Machado Couto.

Após a Eucaristia seguiu-se a Procissão que contou com a presença de diversas entidades da sociedade civil, destacando-se o presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Engenheiro Ribau Esteves, e que percorreu várias artérias da cidade, incluindo a rua do Quartel do Comando Territorial de Aveiro.

A abertura da Procissão foi efetuada por quatro militares de cavalaria e o andor de Nossa Senhora do Carmo transportado por militares e ladeado por uma Guarda de Honra.

De realçar o elevado número de fiéis que se associaram a esta homenagem e à significativa participação dos militares e civis do Comando Territorial de Aveiro que, de modo voluntário, quiseram participar nesta celebração em honra da nossa Padroeira.



## Campeonato do Mundo de *Stick Fighting* 2016

O Campeonato do Mundo de *Stick Fighting* 2016 decorreu entre 18 e 23 de julho, no estado do Hawaii - Estados Unidos e contou com a presença dos cerca de 100 melhores atletas do mundo nesta modalidade, da Austrália aos Estados Unidos.

Tanto os Europeus como este Mundial foram organizados e promovidos pela entidade desportiva internacional *Global Stick Blade Alliance World*

*Association*.

O guarda-principal da Guarda Nacional Republicana Carlos dos Santos conquistou o título de Campeão Mundial de *Stick Fighting*, na categoria de peso meio-médio (*welterweight*), conseguindo vencer o atleta inglês na final por decisão unânime.

O atleta português soma já quatro títulos nacionais, dois títulos Europeus e este Mundial.



### Crime de Maus-Tratos em Animais



O Núcleo de Investigação de Crimes e Contra-ordenações Ambientais de Setúbal apreendeu no dia 20 de julho, em Palmela, 16 animais por indícios de sofrerem maus-tratos.

Na investigação levada a cabo pela Unidade Especializada nos Crimes de Maus-Tratos e Abandono a Animais de Companhia do Departamento de Investigação e Ação Penal de Setúbal, os militares realizaram uma busca domiciliária onde se encontravam os animais.

Após triagem e exame físico aos animais, foram apreendidos 15 felídeos e um canídeo, tendo o seu detentor sido constituído arguido.

Os felídeos foram encaminhados para acolhimento, assistência imediata e perícia médico-veterinária, por apresentarem sinais de maus-tratos e o canídeo ficou à guarda do seu detentor.

Esta ação teve a colaboração do Destacamento Territorial de Setúbal, do Médico Veterinário Municipal e do Delegado de Saúde, ambos do concelho de Palmela, bem como uma equipa de peritos da Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa.

### Desmantelamento de Fábrica de Cigarros artesanais



A Unidade de Ação Fiscal, através do Destacamento de Ação Fiscal do Porto, desmantelou em 21 de julho, em Vila Nova de Gaia, uma fábrica de corte, preparação e enchimento de cigarros artesanais, apreendendo material no valor total presumível de 37 627 euros. A ação iniciou-se no concelho da Maia, com a interceção e fiscalização de uma viatura, onde foi detetada uma quantidade significativa de folha de tabaco.

Na sequência da acção, realizou-se uma busca domiciliária à residência do proprietário do material, tendo sido apreendido: 109,87 kg. de folha de tabaco; 1 200 cigarros; 19 peças artesanais e industriais para corte, preparação e enchimento de cigarros e uma viatura. O suspeito, de 46 anos, foi detido em flagrante delito, por presunção da prática do crime aduaneiro de introdução fraudulenta no consumo.

Regressaram a Portugal, no dia 22 de julho, quatro militares da Unidade de Controlo Costeiro, que se encontravam destacados na missão da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), na Bulgária. A Guarda Nacional Republicana participou na missão da FRONTEX entre 23 de maio e 20 de julho de 2016, tendo desempenhado funções na área operacional de Gramatikovo, junto ao mar Negro e à fronteira com a Turquia.

A operação tinha como finalidade reforçar a segurança nas fronteiras externas da União Europeia, especificamente na Bulgária, para controlar os fluxos de migração e impedir a criminalidade transfronteiriça.

Desde o início da operação que os militares da GNR destacados detetaram: Dez viaturas suspeitas de transporte de migrantes; 33 migrantes em deslocamento apeado; Percorreram 7 026 kms.

## Operação FRONTEX Bulgária



## TISPOL – Truck and Bus Operation



A Guarda Nacional Republicana intensificou, de 25 a 28 de julho, em todo o território nacional, a fiscalização aos veículos pesados de passageiros e de mercadorias, no sentido de prevenir e identificar infrações relacionadas com este tipo de veículos e respetivos transportes (pessoas e bens).

Nesta operação foram fiscalizados 1 963 condutores, tendo-se registado 1 056 contraordenações, destacando-se: 283 por excesso ou deficiente

acondicionamento/disposição da carga transportada; 105 relacionadas com tacógrafos, como o não cumprimento dos tempos máximos de condução e tempos de pausas e repouso obrigatório; 72 excessos de velocidade.

A verificação dos tempos de repouso e de condução, tendo em conta os riscos associados ao elevado número de horas de condução, foi uma das preocupações das ações de fiscalização.

## PELA LEI E PELA GREI

### Tentativa de Burla a Seguradora



Militares do Núcleo de Investigação Criminal de Faro constituíram arguido, no dia 25 de julho, em Faro, um homem de 41 anos, suspeito de burlar uma seguradora. A ação foi efetuada no âmbito de um inquérito judicial a cargo do Ministério Público do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Faro. O indivíduo formalizou uma queixa de um hipotético roubo por esticção, ocorrido na zona de S. Brás de Alportel, perpetrado por dois indivíduos encapuzados que se faziam transportar num motociclo e que levaram artigos no valor de 1000 euros, nomeadamente, um computador, um telemóvel e um *tablet*, não tendo sofrido nenhum ferimento. Tanto as diligências no local como as declarações originaram dúvidas quanto à veracidade dos factos, pelo que o indivíduo foi constituído arguido, acabando por confessar que se encontrava com problemas financeiros e pretendia burlar a seguradora.

### Recuperados mais de 4 Mil Euros



Militares do Núcleo de Investigação Criminal de Portimão identificaram, no dia 25 de julho, um homem de 24 anos, suspeito da prática de furtos em interior de residência, no Sítio da Portela. No âmbito da investigação, foi possível recuperar o produto total dos furtos, no valor aproximado de 4 100 euros, nomeadamente: Dois amplificadores de guitarra; Dois conjuntos de amplificadores/compressores para efeitos de som; Dois teclados; Dois monitores de palco; Dois leitores/gravadores de CD; Um amplificador de som; Uma mala de cablagem diversa. O suspeito foi constituído arguido e foi sujeito a termo de identidade e residência. Após as diligências levadas a cabo no âmbito processual, foi dado cumprimento a um mandado de detenção e condução, que se encontrava pendente, a estabelecimento prisional para cumprimento de pena de prisão.

## Apreensão de Haxixe

Militares do Subdestacamento de Controlo Costeiro de Vila Real de St.º António apreenderam, no dia 28 de julho, 2 170 quilos de haxixe na ria Formosa, junto à vila de Cabanas.

Durante uma vigilância noturna realizada naquela zona da costa Algarvia, os militares aperceberam-se de uma embarcação que entrou na barra de Tavira, realizando movimentos suspeitos. Tendo em conta a ocorrência, de imediato foram acionados os meios navais e terrestres necessários para verificar o destino da embarcação.

Efetuada o seguimento, verificou-se que se dirigiu para uma pequena praia a cerca de 200 metros do Forte de S. João da Barra, onde efetuou a descarga do estupefaciente.

Aquando da intervenção dos militares, alguns fardos encontravam-se no areal e outros já dentro do veículo que iria servir para o transporte.

Foram apreendidos: 2 170 quilos de haxixe, acondicionados em 70 fardos, uma viatura e uma embarcação.

Foi detido o condutor da embarcação, de 46 anos.



## Quartel de Faro Recebe «Mostra de Cinema ao Ar livre»

O edifício do Comando da GNR de Faro foi palco da «Mostra de cinema ao ar livre 2016», iniciativa promovida pelo Cineclube de Faro e que durante o último mês levou os cinéfilos a diversos edifícios históricos desta cidade. Este evento cultural, associado às comemorações dos 60 anos de atividade do cineclube, «abriram-se as portas» de diversos espaços, nomeadamente, os claustros da Igreja da Sé, o pátio do seminário e ainda os claustros do Museu Municipal, para além do edifício deste comando, antigo Convento dos Capuchos. No dia 1 de agosto, os cinéfilos puderam assistir ao filme «Cosmos», de Andrzej Zulawski, e no dia 4 de agosto, foi projetada a película de Federico Fellini, *A Doce Vida*, sendo que cada sessão contou com a presença de cerca de sete dezenas de participantes. As duas sessões realizadas neste comando tiveram entrada livre e encerraram a iniciativa, constituindo-se como mais uma atividade promotora da cultura na região do Algarve e na cidade de Faro em particular.



## PELA LEI E PELA GREI

### Apreensão de Canábis



Militares do Subdestacamento Territorial de Quarteira detiveram, no dia 7 de agosto, naquela cidade, um homem de 52 anos indiciado pelo crime de tráfico de estupefacientes. Ao final da tarde, na sequência de uma situação de agressões, a patrulha deslocou-se à residência de um dos intervenientes, vindo a constatar que no seu interior funcionava uma estufa de produção de canábis. Após a sua detenção e no seguimento da busca domiciliária realizada ao apartamento, localizado no centro de Quarteira, foi possível apreender: 9,5 quilos de canábis (o equivalente a mais de 19 mil doses); Um sistema completo de iluminação, rega, ventilação e extração de odores; Vários objetos associados ao cultivo e acondicionamento de canábis; Diversos fertilizantes, frascos e sacos herméticos; Cinco telemóveis; 430 euros em numerário. O detido foi presente ao Departamento de Investigação e Ação Penal do Ministério Público de Loulé.

### Desmantelamento de Estufa



Militares do Núcleo de Investigação Criminal de Tavira detiveram no dia 30 de agosto, três homens numa operação policial, no âmbito de um inquérito a cargo do DIAP de Faro, que culminou com o desmantelamento de uma estufa de produção de canábis, em Tavira. No seguimento de três buscas domiciliárias no concelho de Tavira e de uma busca a um armazém localizado na zona industrial de Olhão, onde funcionava a referida estufa, foi apreendido: 366 plantas de canábis; 428 doses de liamba; 60 doses de haxixe; Um sistema de iluminação, rega, ventilação e extração de odores; Diversos fertilizantes, frascos e sacos herméticos; Quatro telemóveis; Vário material informático; Um veículo; Um velocípede elétrico; 569 euros em numerário. A operação contou com o apoio de militares do Destacamento de Intervenção de Faro e de elementos da Polícia de Segurança Pública de Olhão. Os detidos, com idades entre os 31 e os 41 anos, foram presentes ao DIAP do Ministério Público de Faro.

## Detidos Incendiários em Flagrante Delito

### Monchique

Militares do Comando Territorial de Faro detiveram no dia 3 de setembro, um homem com 49 anos, na Fóia – Monchique, pelo crime de incêndio florestal. A ocorrência de diversos focos de incêndio, em especial nos concelhos de Portimão e Monchique, levou a um reforço das ações de patrulhamento florestal por parte dos militares da Guarda Nacional Republicana, que teve nesta

detenção o seu principal resultado. O indivíduo foi assim intercetado no preciso momento em que ateava um incêndio em zona isolada da serra de Monchique, junto ao Alto da Fóia, sendo de imediato detido pelos militares que presenciaram o ilícito, extinguindo ainda o foco de incêndio. O detido foi entregue à Polícia Judiciária que prosseguiu com as diligências de investigação.



### Loulé

Militares do Posto Territorial de Loulé detiveram no dia 24 de setembro, um homem com 43 anos, em Betunes - Loulé, pelo crime de incêndio florestal. Cerca das 02:00 horas, no decorrer de uma ação de patrulhamento, os militares verificaram que próximo da malha urbana da cidade de Loulé havia deflagrado um incêndio florestal, deslocando-se de imediato para o local. A pronta e rápida intervenção da patrulha permitiu visualizar o indivíduo junto à zona que ardia, verificando-se ainda que nas

proximidades já tinha sido ateado um outro incêndio. Pese embora a tentativa de fuga, foi detido e os dois focos de incêndio controlados, impedindo-se assim, com o apoio de um funcionário da Câmara Municipal de Loulé e, posteriormente, dos Bombeiros Municipais daquela cidade, que se propagassem para uma zona de arvoredo e vegetação seca próxima. O detido foi presente ao Ministério Público do Departamento de Investigação e Ação Penal de Loulé.



## Detenção por Condução perigosa de Veículo

Militares do Posto Territorial de Loulé detiveram no dia 6 de setembro, um homem de 57 anos indiciado pelo crime de condução perigosa de veículo rodoviário, na zona de Vale Judeu – Loulé, recaindo ainda sobre o mesmo mandado de detenção para cumprimento de pena de prisão. No decorrer de uma ação de patrulhamento e de combate à criminalidade, foi dada ordem de paragem a um veículo cujo condutor adotou um comportamento suspeito, não acatando as várias indicações dadas pelo militar. O condutor encetou então uma perigosa fuga rodoviária, que se prolongou por vários quilómetros, vindo a ser intercetado depois do veículo se ter despistado. Após imobilização do indivíduo, que ainda tentou a fuga apeada, foi efetuada uma busca ao automóvel e posteriormente à residência do suspeito, localizada no concelho de Loulé, durante a qual foi possível apreender: Diversas chaves de veículos e de residências; Material fotográfico; Um computador portátil; Uma impressora; Um relógio; Um *kit* de escalada; Uma coleção de discos de vinil; Seis doses de haxixe; Várias ferramentas e objetos associados à prática de crimes contra o património, em que se incluem alicates, chaves de fendas e luvas. Sobre o detido, com antecedentes criminais pela prática de crimes de roubo, furto e tráfico de estupefacientes, recaía ainda mandado de detenção para cumprimento de pena de prisão efetiva.





Comando Territorial de Lisboa

## Síntese Histórica

### Antecedentes – Evolução



A Guarda Nacional Republicana é herdeira de uma tradição de duzentos anos de serviço e de fidelidade à Lei e à Grei, iniciada em 1801, com a criação da Guarda Real da Polícia de Lisboa, facto que fez de Portugal um dos primeiros países da Europa e do mundo a dispor de um corpo militar especialmente votado à manutenção da segurança dos cidadãos e da ordem pública.

A criação da Guarda está indissociavelmente ligada à figura de Diogo Inácio de Pina Manique, homem austero e enérgico, formado em Leis, que a rainha D. Maria I nomeia em 18 de Janeiro de 1780, intendente-geral da Polícia da Corte e do Reino.

Pina Manique, em 10 de Dezembro de 1801, vê os seus esforços finalmente coroados de êxito, quando por Decreto, o príncipe regente, Dom João, cria a Guarda Real da Polícia de Lisboa. O novo corpo é dotado de um Estado-Maior, oito Companhias de Infantaria (424 homens) e quatro Companhias de Cavalaria (208 homens) e o seu comando é confiado ao conde de Novion, um oficial francês, que a revolução obrigara a emigrar. Dez anos mais tarde, o número dos efectivos da Guarda ultrapassa o dobro do de 1801, atingindo um total de 1 326 homens. A Guarda Real da Polícia de Lisboa é dotada de uniformes particularmente vistosos. Durante a ocupação francesa, a Guarda Real da Polícia não é dissolvida, mas passa a ser designada por Legião de Lisboa e por Guarda Militar de Polícia. Alguns dos seus elementos são afastados, mas Novion, agora, caído nas graças do Império, é nomeado comandante das Armas da Cidade de Lisboa.





Em 22 de Abril de 1834, os governos de Inglaterra, França e Espanha assinam com o de D. Pedro, o Tratado da «Quádrupla Aliança». Em consequência deste, D. Pedro é apoiado, em Portugal, na luta contra D. Miguel e, D. Isabel, em Espanha, na luta contra D. Carlos, que entretanto, se refugiara junto de D. Miguel. A existência desta coligação, os apoios estrangeiros à causa liberal e, designadamente a entrada em Portugal, de duas divisões espanholas, contribuirá para criar o desânimo nas hostes de D. Miguel e será determinante para a vitória de D. Pedro.

A Guarda Real da Polícia do Porto, excepção feita para alguns dos seus elementos favoráveis à causa de D. Pedro, desloca-se para Sul, onde se reúne à Guarda Real da Polícia de Lisboa, mas a 26 de Maio, é assinada a Convenção de Évora-Monte, pondo termo à Guerra Civil. A derrota sofrida obriga D. Miguel a partir para o exílio.

A Guarda Real da Polícia sofre então os custos da sua fidelidade ao rei deposto, sendo dissolvida por D. Pedro. A Guerra Civil dividira o País entre duas legitimidades e entre duas fidelidades. Fora fratricida e, como tal, fora terrível, mas já o fora. Finda a guerra, o ambiente que se respira é, todavia, ainda de beligerância e não propicia contemplações para com os vencidos.

Mas D. Pedro compreende a necessidade da Guarda e, em 3 de Julho de 1834, usando o título de duque de Bragança e assinando «em nome da Rainha», decreta a criação da Guarda Municipal de Lisboa. Lisboa é, para o efeito, dividida em três Divisões, cada uma das quais com três Distritos, que por sua vez dispõem de três Secções e cada uma destas de duas rondas. A cada Divisão pertence, em geral, uma Companhia de Cavalaria, a cada Distrito uma Companhia de Infantaria, a cada Secção uma Esquadra e a cada ronda quatro patrulhas.



## PELA LEI E PELA GREI

O número de efectivos da Guarda Municipal de Lisboa é inicialmente fixado em 578 homens. Um comando único para as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto, com sede em Lisboa, é determinado pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1868, que igualmente dispõe que o «Comandante-Geral da Guarda Municipal de Lisboa tomará a denominação de Comandante-Geral das Guardas Municipais».

Na manhã de 31 de Janeiro de 1891, tem lugar no Porto, um movimento revolucionário republicano, envolvendo civis e militares. Após algumas horas de confrontos sangrentos, o «31 de Janeiro», é dominado pelas forças fiéis, de que se destacam as da Guarda Municipal, entretanto reorganizada.

Porém, a agitação republicana cresce e com ela também a instabilidade política para que muito contribuem as lutas intestinas nos partidos monárquicos. Em 11 de Abril de 1907, o primeiro-ministro João Franco, que não conseguia vencer as oposições parlamentares ao seu ambicioso programa de reformas, passa a governar em ditadura. Estava criado o cenário para a tentativa revolucionária republicana, que ocorre em Lisboa, a 28 de Janeiro de 1908. As forças da ordem frustram-na, detendo os seus promotores, mas três dias depois, na tarde de 1 de Fevereiro, o rei e o príncipe real, acabados de regressar de Vila Viçosa, são assassinados no Terreiro do Paço.

D. Manuel II, o novo rei, procura apaziguar a sociedade portuguesa e acreditar o seu papel de monarca constitucional. Chama à co-responsabilização política os partidos e os seus dirigentes, dá-se a conhecer, no País e em várias das mais importantes capitais europeias, estabelece contacto com o operariado e certifica-se da fidelidade do Exército. Mas, entretanto, a impaciência e a agitação dos republicanos não cessa. Apesar de terem conquistado a Câmara Municipal de Lisboa, nas eleições de 1908, a sua representação no Parlamento é escassa. Decidem-se então pela revolução que estala a 4 de Outubro de 1910.

As forças da Guarda Municipal, obedecendo ao plano de emergência traçado pelo Comando da Divisão Militar de Lisboa, são dispersas pela cidade e este facto revelar-se-á «fatal» para a defesa do regime.

A República é proclamada em 5 de Outubro. Pouco depois, por Decreto de 12 de Outubro de 1910, são extintas as Guardas Municipais e criadas em sua substituição, «*enquanto se organiza a Guarda Nacional Republicana*», dois corpos de segurança pública transitórios: as Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto, que tal como as extintas Guardas Municipais ficam subordinadas a um Comando-Geral, sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa. E para estudar a organização da futura Guarda Nacional Republicana – «*um Corpo de Segurança Pública para todo o país*» –, o mesmo



diploma nomeia uma comissão. A 29 de Outubro, é aprovado o Plano de Uniformes para as Guardas Republicanas de Lisboa e Porto.

A Guarda Nacional Republicana é finalmente criada pelo Decreto de 3 de Maio de 1911: «*É organizado um corpo especial de tropas para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e protecção das propriedades públicas e particulares em todo o país, que se denominará Guarda Nacional Republicana*» (art.º 1.º). O novo corpo militar é constituído por um Grupo de Esquadrões, seis Batalhões no Continente e duas Companhias de Infantaria nas Ilhas Adjacentes, com cerca de cinco mil homens. Em 7 de Fevereiro seguinte, é aprovado o Plano de Uniformes.

Com a extinção da Guarda Municipal de Lisboa, na sequência da Implantação da República e dentro da reestruturação resultante da criação da Guarda Nacional Republicana, nasce o Batalhão n.º 2 em 08 Maio de 1911.

Serviram de embrião à Unidade as 3.ª e 5.ª Companhias da Guarda Republicana de Lisboa.

Em 1912, por decreto de 2 de Maio, são-lhe aumentadas as Companhias de Santarém e de Setúbal e, em 1913, a de Leiria, desenvolvendo-se paralelamente em toda a área, a malha dos Postos Rurais.

Em 1915, passa o Batalhão a sedear-se em Santarém, situação que se altera em 1919 com a transferência do Comando para o Castelo de S. Jorge e mais tarde para as Janelas Verdes.

Em 1927, tendo em conta a nova reorganização, reassume as características de Unidade urbana e rural que mantém para além da reorganização de 1914.

Em 1970 é o comando do Batalhão transferido para o Quartel dos Paulistas, recebendo em 1974 a Companhia de Setúbal que perdera nas sucessivas reorganizações.

Em 1975 é criada a Companhia de Sintra e, no mesmo ano, herda a Unidade do Batalhão n.º 1, as Companhias de Loures e Santarém, desde quando se assume inteiramente como Unidade Territorial.



Finalmente, em 1979, é a Companhia de Setúbal desdobrada em duas Subunidades com a criação da Companhia de Almada.

Em 26JUN93, com a publicação do Decreto-lei n.º 231/93, o Batalhão passou a designar-se Brigada Territorial n.º 2, na sequência da publicação da nova Lei Orgânica. Pela mesma razão as Subunidades passaram a designar-se Grupos, Destacamentos e Postos Territoriais.

Com a nova estrutura orgânica da Guarda Nacional Republicana, implementada a partir do início de 2009, que decorre da aprovação da Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro e de subsequente legislação regulamentar, a Brigada Territorial n.º 2 ao ser extinta leva à criação de vários comandos territoriais, nomeadamente o Comando Territorial de Lisboa, definido como Comando e como Unidade, responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área do distrito de Lisboa.

## Componente Territorial



Capitão de Infantaria ISA RIBEIRO  
Comandante do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira

O Comando Territorial de Lisboa é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na sua área de responsabilidade, de acordo com os princípios consagrados na Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR), no Regulamento Geral de Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR) e demais normativos legais.

O Comando Territorial (CTer) está materializado pela ocupação de todo o distrito de Lisboa e executa todas as tarefas necessárias de comando, instrução, operacionais e logísticas, constituindo-se a estrutura base do dispositivo da Guarda para cumprimento da sua missão geral.

O distrito, em termos territoriais, é partilhado com a Polícia de Segurança Pública (PSP), cabendo à Guarda Nacional Republicana (GNR), com o seu

dispositivo, a jurisdição em cerca de 98,5% e 49,17% da população, o que perfaz, respetivamente, cerca de 4 988,5 km<sup>2</sup> e de 417 900 habitantes. O Comando Territorial da GNR de Lisboa inclui nove Subunidades Operacionais (Destacamentos), comandadas por capitães ou Oficiais subalternos (tenentes e alferes). Desses nove Destacamentos, cinco são Destacamentos Territoriais, três são Destacamentos de Trânsito e um Destacamento de Intervenção:

- Destacamentos Territoriais:
  - Alenquer;
  - Mafra;
  - Torres Vedras;
  - Sintra;
  - Vila Franca de Xira;
- Destacamentos de Trânsito:

- Carregado;
- Carcavelos;
- Torres Vedras
- Destacamento de Intervenção.

Os Destacamentos Territoriais, além das atribuições e competências que lhe são atribuídas por lei e por despachos superiores, desenvolvem a sua atividade nas respetivas áreas de responsabilidade. As atividades desenvolvidas enquadram-se em missões policiais, de segurança e ordem pública, de fiscalização e regulação de trânsito, fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro, de investigação criminal e de proteção da natureza e do ambiente. Todos os DTer, do CTer Lisboa, têm na sua maioria a mesma articulação, variando unicamente no número de PTer ou Subdestacamentos sob a responsabilidade de cada DTer, exceção feita ao Dter Vila Franca de Xira, que além dos PTer conta com dois Postos Fiscais (PFisc), o do Aeroporto de Lisboa e o do Ministério das Finanças.

Cada DTer compreende:

- Comandante;
- Adjunto;
- Secretaria;
- Núcleo de Investigação Criminal (NIC);
- Núcleo de Proteção Ambiental (NPA);
- Secção de Programas Especiais (SPE);
- Subunidades (PTer).

O serviço efetuado pelos Destacamentos Territoriais, e para o cabal cumprimento da sua missão geral, é bastante diversificado, envolvendo diversas componentes, quer de serviço interno quer de serviço externo.

### **Núcleo de Investigação Criminal**

O Núcleo de Investigação Criminal depende operacionalmente da SIIC do Comando Territorial, dependendo do Destacamento no âmbito administrativo-logístico.

### **Núcleo de Proteção Ambiental**

O Núcleo de Proteção Ambiental dos Destacamentos Territoriais assegura o cumprimento das missões de polícia ambiental da Guarda na sua Zona de Ação. Conforme o estipulado superiormente, o

serviço deste Núcleo tem características exclusivas de emprego operacional no âmbito da missão, competências e áreas de intervenção do SEPNA.

### **Secção de Programas Especiais**

A Secção de Programas Especiais dos Destacamentos Territoriais está incumbida de desenvolver atividades no âmbito dos programas especiais de policiamento de proximidade, tais como a Escola Segura, Idosos em Segurança e Comércio Seguro, através do contacto próximo com a comunidade local, promovendo a realização contínua de diagnósticos locais junto das forças vivas da população.

### **Subdestacamentos e Postos Territoriais**

Os Subdestacamentos e Postos Territoriais assumem-se como as Subunidades elementares do dispositivo, constituindo-se como escalão responsável pela prossecução da missão da Guarda nas respetivas Zonas de Ação à sua responsabilidade.

O serviço nos vários Subdestacamentos/Postos Territoriais dos Destacamentos encontra-se organizado conforme determinado superiormente, materializando-se nas vertentes de Serviço interno e Serviço externo.

No que concerne ao Serviço interno o mesmo é assegurado através do conjunto de atividades, executadas de forma ininterrupta, correspondendo ao desempenho do serviço diário orgânico e serviço ordinário, compreendendo Atendimento e Apoio ao Atendimento.

O Serviço externo desenvolvido pelos Postos corresponde às atividades operacionais desenvolvidas no exterior, encontrando-se aqui incluídas o patrulhamento, de índole eminentemente preventiva e visando a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, e as patrulhas às ocorrências, de carácter reativo e que visam acorrer a situações de incidentes que requeiram a presença desta Força.

O **Destacamento Territorial de Alenquer** encontra-se localizado na vila de Alenquer e integra os Postos Territoriais de Alenquer, Azambuja, Aveiras de Cima, Cadaval e Merceana.



A Zona de Ação do DTer Alenquer engloba a área de três Concelhos – Alenquer, Azambuja e Cadaval, num total de 734 424 km<sup>2</sup>, garantindo a segurança a 79 309 habitantes.

O Concelho de Alenquer encontra-se à responsabilidade dos PTer Alenquer e de Merceana, o Concelho da Azambuja, à responsabilidade do PTer Azambuja e Aveiras de Cima. Por fim, o PTer Cadaval garante aquele Concelho.

O **Destacamento Territorial de Mafra** está localizado na vila de Mafra e encontra-se dividido em quatro Postos Territoriais: Ericeira, Livramento,

Mafra e Malveira. O Destacamento Territorial de Mafra compreende o policiamento de todo o concelho de Mafra, num total de 291 km<sup>2</sup>, garantindo a segurança a 81 199 habitantes.

O **Destacamento Territorial do Sintra** está localizado na vila de Sintra, sendo constituído por dois Postos Territoriais, e dois SubDestacamentos, assim designados: SubDestacamento Territorial de Alcabideche, SubDestacamento Territorial de Sintra, PTer de Colares e PTer de Pêro Pinheiro, abrangendo uma área territorial de 279,63 km<sup>2</sup>, com uma população residente de 108 713 habi-





tantes. Os Subdestacamentos diferem dos PTer apenas devido a terem um efetivo substancialmente superior e o Comando dos mesmos ser de Oficial subalterno ao invés de Sargento.

A Zona de Ação do DTer Sintra engloba a área de dois Concelhos – Sintra e Cascais, concelhos esses partilhados com a Polícia de Segurança Pública (PSP).

O **Destacamento Territorial de Torres Vedras** está localizado na cidade de Torres Vedras, sendo constituído por cinco Postos Territoriais: Torres Vedras, Lourinhã, Moita dos Ferreiros, Santa Cruz e Sobral de Monte Agraço. A área de respon-

sabilidade do Destacamento Territorial de Torres Vedras compreende três Concelhos, Torres Vedras, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço, abrangendo uma área total de 606,4 km<sup>2</sup>.

O Concelho de Torres Vedras encontra-se à responsabilidade dos PTer Santa Cruz e de Torres Vedras (sendo o centro da cidade policiado pela PSP), o Concelho da Lourinhã, à responsabilidade do PTer da Lourinhã, que garante, também, o atendimento ao público e as ocorrências do PTer de Moita dos Ferreiros. Por fim, o PTer Sobral de Monte Agraço garante aquele Concelho.

Em matéria de habitantes, o Destacamento



## PELA LEI E PELA GREI

Territorial de Torres Vedras, possui, nos três Concelhos, um total de 115 377.

O **Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira** encontra-se localizado na freguesia de Vialonga, sendo constituído por cinco PTer e dois Postos Fiscais: PTer Vialonga, PTer Arruda dos Vinhos, PTer Bucelas, PTer Castanheira do Ribatejo, PTer São Julião do Tojal, Posto Fiscal do Aeroporto e Posto Fiscal do Ministério das Finanças. A área de responsabilidade do DTer Vila Franca de Xira compreende três Concelhos, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Loures, abrangendo uma área total de 237,7 km<sup>2</sup>, com uma população residente de 68 195 habitantes.

O Concelho de Vila Franca de Xira encontra-se à responsabilidade dos PTer Vialonga e de Castanheira do Ribatejo (sendo o Concelho em termos de policiamento partilhado com a PSP), o Concelho de Loures, à responsabilidade do PTer Bucelas e S. Julião do Tojal (zona sul do Concelho é policiada pela PSP). Por fim, o PTer Arruda dos Vinhos garante aquele Concelho.

Este DTer é o único que possui Postos Fiscais,

sendo que os mesmos antes da reestruturação da GNR em 2009 pertenciam organicamente à extinta Brigada Fiscal. Estes dois Postos têm uma missão específica de natureza tributária, fiscal e aduaneira e de segurança de instalações.

A missão principal da GNR do Aeroporto de Lisboa é fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de natureza fiscal, designadamente aduaneira; exercer a vigilância, segurança e proteção dos edifícios aduaneiros, sendo neste, a Sala da Alfândega no Aeroporto; fiscalizar, controlar e acompanhar as mercadorias sujeitas à ação aduaneira em conformidade com a legislação aplicável; o controlo e fiscalização da saída de mercadorias que circulem do lado ar/terra do Aeroporto; colaborar com outras entidades e organismos sediados no Aeroporto, especialmente a Autoridade Tributária. O serviço executado é essencialmente o de patrulha fixa nos diversos locais de serviço distribuídos ao longo do Aeroporto, existindo também um serviço de atendimento ao público.

O Posto Fiscal do Ministério das Finanças é responsável pela segurança da área governamental e dos membros do Governo dentro daquela área.



## Componente do Trânsito



Tenente TIAGO MACHADO  
Comandante do Destacamento de Trânsito de Carcavelos

### Caraterização da Subunidade

Os Destacamentos de Trânsito do Comando de Lisboa, nos termos do Despacho n.º 53/09, de 30 de dezembro, do comandante-geral, são uma subunidade especialmente vocacionada para as missões de fiscalização, ordenamento e disciplina da circulação rodoviária na área do Comando Territorial de Lisboa. O Destacamento de Trânsito é uma subunidade de escalão companhia, pertencente a um Comando Territorial de escalão batalhão que tem como constituição, equipas de

Trânsito que diariamente efectuam o patrulhamento e a vigilância das estradas e prestam auxílio aos condutores, durante as 24 horas do dia e durante todos os dias do ano. Salienta-se ainda que, todos os militares que fazem parte destas equipas são especializados para o efeito, sendo obrigados a ter na sua formação, um curso de trânsito em que são abordadas todas as vastas matérias de trânsito ao longo de cerca de seis meses, envolvendo ainda a prática de estrada. Existe também uma Secção de Aparelhos Especiais e um Núcleo de Investigação

## PELA LEI E PELA GREI

de Crimes em Acidentes de Viação, recentemente criado em 2009, através do despacho 63/09-OG, com o objetivo de investigar os acidentes de viação dos quais resultem vítimas mortais ou feridos graves e dos restantes crimes em ambiente rodoviário. Alguns Destacamentos de Trânsito possuem na sua estrutura Postos de Trânsito, tendo na sua natureza uma essência unicamente operacional com equipas de trânsito.

Como unidade operacional, tem como missão prioritária efetuar o patrulhamento, a fiscalização e o auxílio aos utentes das vias, garantindo a fluidez do trânsito na Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, dentro da sua área de responsabilidade. Como missões secundárias, mas não menos importantes, colabora diretamente com as entidades gestoras de via, com o intuito de zelar pela conservação das estruturas e da sinalização, garantindo que a mesma se encontra regulamentada, cumprindo todos os preceitos legais, efetua escoltas a altas entidades, acompanhamentos de provas desportivas, transportes especiais e colunas militares. Sobressai uma das mais nobres competências, o transporte de órgãos. Este serviço permite que por ano se salvem centenas de pessoas e destaca-se por ser a única força em Portugal que efetua tão gratificante missão.

### **O Trânsito no Comando Territorial de Lisboa**

O Comando Territorial de Lisboa, através das suas subunidades de trânsito, executa as missões atribuídas na sua zona de ação. A área de competência territorial do Comando de Lisboa, em matéria de trânsito, é de elevada responsabilidade e importância para todo o País, pois contempla os principais eixos rodoviários que servem de portas de entrada na cidade capital, através da Autoestrada (AE)1, AE8, AE9, AE10 e Itinerário Complementar (IC) 2, onde circulam diariamente milhares de veículos ligeiros e pesados de passageiros e mercadorias. O abastecimento que é feito em Lisboa diariamente, que alimenta o movimento do Porto de Lisboa e o

Aeroporto da Portela, advém de todas as bases logísticas sediadas na periferia da área metropolitana de Lisboa que usufrui diariamente das vias à responsabilidade do Comando de Lisboa, sendo a sua operacionalidade vital para a sobrevivência da economia de Lisboa e do País. É por toda essa responsabilidade que o Comando Territorial de Lisboa se destaca como o único na sua instituição a contemplar 3 (três) subunidades de Trânsito, sendo elas o Destacamento de Trânsito de Carcavelos, do Carregado e Torres Vedras, localizados conforme a sua designação indica, à exceção do Destacamento de Trânsito de Carcavelos que se encontra sediado em S. Domingos de Rana.

O Destacamento de Trânsito de Carcavelos tem à sua responsabilidade as Autoestradas e Estradas Nacionais dos Concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra e Lisboa. O Destacamento do Carregado, os concelhos de Vila Franca de Xira, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Amadora e Azambuja. O Destacamento de Torres Vedras, os concelhos de Torres Vedras, Mafra, Cadaval, Lourinhã e Arruda dos Vinhos. Os efetivos destes Destacamentos são cerca de 64 militares, o que faz do Comando Territorial de Lisboa a unidade com maior efetivo de militares de trânsito, incluindo a Unidade especializada. Ambos os Destacamentos possuem equipas de trânsito que garantem primariamente o serviço de patrulhamento através de giros previamente definidos por cada comandante. O patrulhamento de trânsito é orientado para as vias com maior tráfego, onde o trânsito é mais intenso, nomeadamente, as AE1, 5 e 8, bem como o IC2, quando possível. O patrulhamento é orientado através das informações, sendo direcionado para os locais e vias onde ocorre maior índice de sinistralidade, tendo em consideração o dia da semana e as horas. Da mesma forma é orientado o uso dos aparelhos especiais, sendo colocados nos locais onde ocorre maior sinistralidade cujo motivo possa ser imputado ao excesso de velocidade e traçado da via.

Para além do patrulhamento, muitos dos resultados apresentados devem-se à intensificação da fiscalização rodoviária por parte do Comando Territorial de Lisboa, através do empenhamento dos seus efetivos de trânsito no combate à condução sob influência do álcool e condução sem habilitação legal para conduzir. As operações de fiscalização foram também direcionadas para os locais e as datas festivas onde se espera que este tipo de ilícitos seja mais frequente.

Outra das preocupações do Comando de Lisboa passa pelo empenhamento concertado dos efetivos de trânsito e de investigação criminal, através dos

NICAV, na fiscalização dos transportes de mercadorias, no combate ao tráfico e viciação de veículos, no cumprimento dos tempos de descanso por parte dos motoristas e ainda, no combate à concorrência desleal, fiscalizando o excesso de peso e as guias de transporte. Importa salientar que os efetivos de trânsito no Comando de Lisboa atuam na área dos respetivos Destacamentos aos quais pertencem e em caso de necessidade, reforçam as restantes subunidades de trânsito e territoriais com o objetivo de se complementarem para a obtenção de melhores resultados na sua qualidade e quantidade.



## Componente de Proteção da Natureza e Ambiental



Capitão FERNANDO ALVES  
Chefe do SEPNA do Comando Territorial de Lisboa

Portugal começou a ter uma consciência mais profunda sobre a questão ambiental na década de 90, do século passado. Esta consciência materializou-se com a assunção do direito ambiental como direito fundamental e pela criação de um Ministério autónomo. Também o nosso ordenamento jurídico foi sendo enriquecido com vários diplomas legais relacionados com a proteção do ambiente, dando reforço e capacidade à vertente de fiscalização. Assim, no ano de 2001 é criado o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente na Guarda

Nacional Republicana (SEPNA/GNR). A abrangência do dispositivo da GNR, em todo o território nacional, criou condições ótimas para uma maior eficácia da fiscalização que logo foram reconhecidas por várias entidades com responsabilidades na área do ambiente.

O ano de 2006 marcou uma viragem no que diz respeito à política de proteção da floresta contra incêndios. Deu-se a extinção do Corpo da Guarda Florestal, que foi integrado na GNR e foi criado o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS).

O Decreto-Lei n.º 22/2006, criou o SEPNA/GNR, incorpora neste serviço o Corpo da Extinta Guarda Florestal e atribui um grande número de competências no âmbito da coordenação de determinadas matérias ambientais e da investigação de ilícitos criminais ambientais. No complemento deste diploma legal foi publicada a Portaria n.º 789/2006 que constitui o SEPNA como uma Polícia Ambiental, com atuação em todo o Território Nacional.

Em 2006, a atual Zona de Ação do Comando Territorial de Lisboa encontrava-se incorporada na Zona de ação da Brigada Territorial n.º 2. Em 2009 é levada a efeito uma reestruturação profunda da Guarda Nacional Republicana, sendo que no dispositivo territorial são extintas as Brigadas Territoriais e criados os comandos territoriais que passam a ter como zonas de ação, as áreas administrativas dos distritos.

No distrito de Lisboa é criado o Comando Territorial de Lisboa que herda as tradições e símbolos da antiga Brigada Territorial n.º 2 e é-lhe cometida a missão geral da GNR na área administrativa do distrito de Lisboa. Com estas atribuições, o Comando vai aglutinar num só, todo o dispositivo Territorial que estava adstrito aos extintos Grupos de Loures e de Sintra, bem como as zonas de ação que a

estes estavam cometidas. Em consequência desta ação, o Dispositivo SEPNA que estava cometido aos dois extintos Grupos Territoriais fica na dependência do recém-criado Comando Territorial. A sua organização fica subordinada ao definido no então Despacho OG que regulava a orgânica e funcionamento dos Comandos Territoriais.

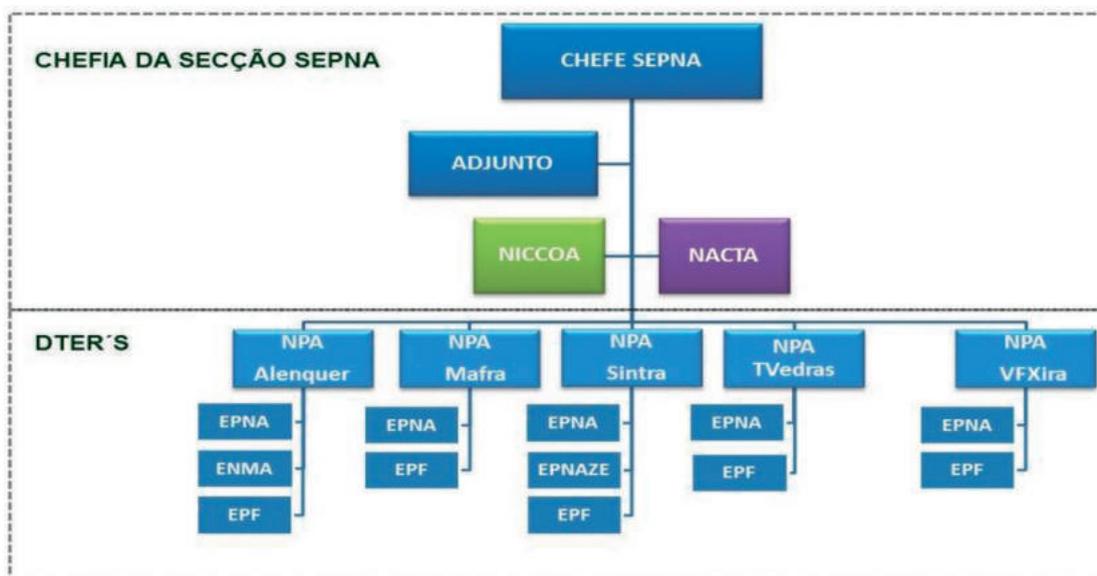
À época, o SEPNA fazia Parte integrante da SOITRP, exercendo unicamente uma dependência técnica sobre os Núcleos de Protecção do Ambiente (NPA) do Distrito.

Ainda em 2009 surge uma nova orgânica do SEPNA na estrutura Territorial. Neste, é criada uma Secção autónoma que efetua ligação direta de âmbito técnico entre a DSEPNA e os NPA.

O Ano 2009 fica ainda marcado pela criação dos Núcleos de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais. Este novo órgão surge da necessidade premente de se poder dar cobro à investigação de crimes ambientais. Desde essa altura, a estrutura do SEPNA do Comando Territorial de Lisboa é constituída da seguinte forma:

**MISSÃO**

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à conservação e



## PELA LEI E PELA GREI

proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;

- Zelar pelo cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;
- Assegurar a coordenação no distrito de Lisboa da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente, nos termos definidos superiormente;
- Velar pela observância das disposições legais, no âmbito sanitário e de proteção animal;
- Proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;
- Cooperar com entidades públicas e privadas do distrito de Lisboa, no âmbito da prossecução das suas competências;
- Promover e colaborar na execução de ações de

formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade no distrito de Lisboa;

- Realizar as ações de vigilância e de fiscalização que lhe sejam solicitadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;
- Apoiar o sistema de gestão de informação de incêndios florestais (SGIF), colaborando para a atualização permanente dos dados.

De salientar que, por força da Portaria n.º 789/2006, esta missão pode ser exercida em todo o território do distrito, independentemente de ser da área territorial correspondente da GNR ou PSP.

### FISCALIZAÇÃO CITES E CONVENÇÃO DE BERNA

A Grande Lisboa, sendo o maior aglomerado populacional do País, é o epicentro de vendedores de espécies protegidas pela CITES, bem como os seus derivados. Este epicentro concentra também compradores dessas mesmas espécies. No âmbito da fiscalização CITES, o SEPNA do CTer Lisboa tem efe-





tuado fiscalizações a lojas de venda de animais nos grandes aglomerados populacionais, antiquários, aeroporto de Lisboa, bem como feiras onde se possam vender artigos de valor histórico e de coleção (Ex. Feira da Ladra, onde se vende marfim e peles de animais).

#### VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO EM ÁREAS CLASSIFICADAS

Na zona de ação do CTer Lisboa encontram-se algumas áreas classificadas, que pela sua riqueza ambiental e pela projeção nacional requerem uma especial atenção por parte do SEPNA da Unidade:

- Parque Natural Sintra/Cascais (NPA DTer Sintra);
- Reserva Natural do estuário do Tejo (NPA Alenquer e NPA V. F. Xira)
- Tapada Nacional de Mafra (NPA de Mafra)
- Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (NPA Alenquer)
- Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira (NPA T. Vedras)

Nestas áreas, o SEPNA, através dos NPA, tem exercido por um lado, um forte esforço de patrulhamento e fiscalização, e por outro, no plano institucional

tem estreitado relações com as entidades que concorrem para a preservação destas áreas.

O distrito tem uma zona marítima de grande afluência tanto para veraneantes, como para praticantes de determinadas atividades de lazer (parapente, passeio de moto e moto-quatro, passeios BTT e a cavalo, entre outros), o que eleva o risco de degradação da Rede Natura 2000, pelo que é uma das preocupações constantes do SEPNA do CTer Lisboa;

#### CONTROLO SANITÁRIO E PROTEÇÃO ANIMAL

Uma das situações que potencia graves situações de ausência de controlo sanitário são os abates ilegais de animais que muitas vezes têm a montante situações de furto de animais. É no norte do distrito (Alenquer, Mafra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço) que predominam a maior parte das explorações pecuárias, sendo por essa razão a área onde ocorre a maioria das infrações neste âmbito.

Outro fenómeno que onera o SEPNA do CTer Lisboa são as ocorrências relativas a crimes de



maus-tratos a animais de companhia. Desde a entrada em vigor do normativo que criminaliza este tipo de comportamento que o aumento das denúncias é dos mais prenunciados do País. A grande densidade populacional muito urbana e os fatores culturais levam à existência de um grande número de ocorrências.

### PESCA DO MEIXÃO

A enguia, na sua fase de meixão, constitui a terceira espécie economicamente mais importante na zona costeira, desde o Loire (França) até ao sul de Portugal, a seguir à solha e ao polvo, e acima da pescada. No espaço europeu, aproximadamente 25 000 pessoas obtêm rendimentos resultantes da pesca da enguia. Um quilograma destes minúsculos peixes pode valer ao pescador qualquer coisa como 300 €. Em cada dia de faina, uma rede pode capturar em média, até meio quilo de meixão, mas também pode destruir para cima de cinco quilos de juvenis de outras espécies, como é o caso do robalo, da tainha, da solha e do camarão do rio.

O CTer Lisboa tem sob a sua responsabilidade uma área de 15 milhas náuticas do Rio Tejo. O empenhamento na fiscalização da pesca ilegal do meixão através dos NPA de Alenquer e Vila Franca de Xira é uma das prioridades do Comando Territorial de Lisboa.

### DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O distrito de Lisboa é caracterizado pela grande densidade populacional e urbana. No entanto, existe um conjunto de áreas arborizadas. A convivência entre estas duas realidades conduz à existência de um grande número de ocorrências, muitas vezes, meros fogachos.

O esforço dos bombeiros e da vigilância sob coordenação do SEPNA do CTer Lisboa tem mitigado muitos destes fogachos que poderiam chegar a grandes incêndios.

Existe um conjunto de áreas que requerem vigilância e fiscalização redobradas, nomeadamente:

Parque Natural de Sintra/Cascais (NPA Sintra)  
Tapada Nacional de Mafra e áreas arborizadas

contíguas, que se traduz em muitas áreas do concelho. (NPA Mafra)

Paisagem protegida da Serra de Montejunto e áreas arborizadas adjacentes, que se traduz em muitas áreas do concelho do cadaval e Alenquer (NPA Alenquer);

Zona noroeste do concelho de Torres Vedras (NPA Torres Vedras) e diversas áreas no concelho da azambuja (NPA Alenquer).

Ao nível da prevenção e sensibilização tem sido realizado um trabalho exaustivo entre a estrutura SEPNA do CTer Lisboa e as demais entidades que concorrem para a defesa da floresta contra incêndios, tendo-se efetuado inúmeras ações de sensibilização junto da comunidade escolar e agrícola.

O ano de 2016 fica marcado pela iniciativa de desenvolver um esforço redobrado durante duas semanas, no âmbito da Operação Ignição Zero, tendo sido efetuada uma fiscalização massiva no *interface* Urbano – Florestal, onde foi possível identi-

ficar oportunamente, um alargado número de situações de incumprimento ao Decreto-lei 124/ /2006. Esta ação massiva contou com o apoio da Base de Reserva de Alcaria do GIPS/GNR. Salienta-se ainda o apoio prestado em ações de fogo controlado.

Por último, merece destaque a iniciativa que o SEPNA/CTer Lisboa tem vindo a promover no âmbito de um concurso de desenho destinado às escolas do 1.º ciclo do distrito, em que o tema recai na temática da defesa da floresta. Este concurso tem tido enorme aceitação e já conta com quatro edições, tendo sido realizado nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2016.

### FISCALIZAÇÃO A GESTÃO DE RESÍDUOS

O distrito de Lisboa concentra uma grande parte da atividade industrial do nosso país. O SEPNA/ /CTer Lisboa tem dado atenção a esta problemática, efetuando um grande número de fiscalizações a operadores de gestão de resíduos, oficinas e



## PELA LEI E PELA GREI

determinados operadores da indústria química que na sua atividade produzem resíduos que, indevidamente tratados, conduzem à degradação da qualidade do ambiente.

A ZA do NPA de Sintra e do NPA de Vila Franca de Xira são locais onde este tipo de atividade tem a sua maior expressão, pelo que as fiscalizações levadas a cabo por estes dois NPA nesta área destacam-se dos restantes NPA.

### RECUPERAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES

A recuperação de animais silvestres feridos é uma atividade com alguma expressividade no distrito de Lisboa. O facto de ser um distrito populoso potencia este tipo de ocorrência. A interceção do homem com a natureza é maior e nas zonas urbanas existem mais obstáculos que podem causar acidentes com a fauna existente.

Por outro lado, a maior ocupação da área potencia a deteção rápida de situações anormais com a fauna, potenciando assim o accionamento célere

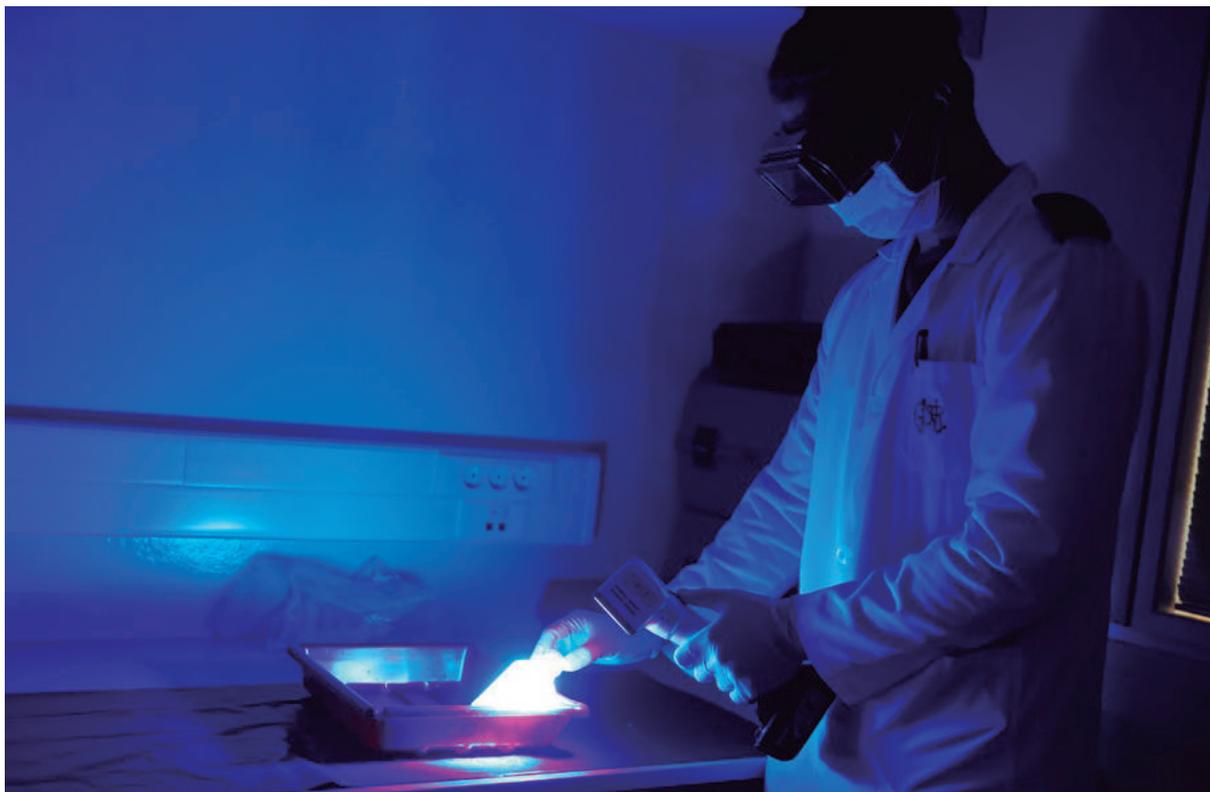
de socorro para as situações reportadas e identificadas. A recolha de animais silvestres tem expressividade em toda a área do distrito. Este tipo de atividades tem vindo a ser desenvolvido por todas as equipas da Estrutura SEPNA CTer Lisboa. A recolha deste tipo de animais normalmente destina-se ao Centro de Recuperação de Animais Silvestres do Parque Florestal de Monsanto ou ao Centro de Recuperação de animais Selvagens de Montejunto, no concelho de Cadaval.

### FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO DA PINHA

A apanha de pinha fora da época permitida é um fenómeno que tem expressividade no distrito. A ZA do Destacamento Territorial de Sintra, nomeadamente a zona de Colares, é a mais afetada por este fenómeno, pelo que o NPA daquele destacamento canaliza o esforço de patrulhamento para esta zona na altura mais crítica, em que a apanha não é permitida.



## Componente da Investigação Criminal



Major BOTAS e capitão BRUNO BARAÇAS  
Chefe e adjunto da SIIC do Comando Territorial de Lisboa

### A Investigação Criminal na Guarda – dispositivo territorial

Na década de 90, a Guarda procurou qualificar a atividade de investigação criminal, levando a que em 1993 se criassem os Grupos Especiais de Ação e Pesquisa nas Brigadas Territoriais, os Núcleos de Investigação Criminal nos Destacamentos Territoriais e as Secções de Inquéritos nos Postos Territoriais. Decorrente do Decreto-Lei n.º 81/95 de 22 de abril, que atribuiu à Guarda competência para investigar crimes de tráfico de estupefacientes, bem como da Lei n.º 21/2000 de 10 de agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal – que lhe atribuiu a competência de investigação de mais de 80% dos crimes ocorridos na sua área de responsabilidade, o Comando da Guarda elaborou o Plano Estratégico para a Investigação Criminal e Análise de Investigação Criminal.

Decorrente desse plano e de diversos estudos, foi criada a Chefia de Investigação Criminal e a Estrutura Orgânica de Investigação Criminal da GNR, através do Despacho n.º 07/03-OG de 21 de janeiro. Os Despachos n.º 51/03-OG de 29 de agosto e n.º 41/05-OG de 30 de dezembro, vieram estabelecer a estrutura de IC da Brigada de Trânsito (BT) e da Brigada Fiscal (BF), respetivamente.

### A SIIC do CTer Lisboa

O Despacho 18/14-OG de 11 de março, veio reorganizar a estrutura de investigação criminal (IC) da Guarda, mantendo as três áreas de atividade ou vertentes funcionais: a IC - Operativa, a IC - Criminalística e a IC - Análise de Informação Criminal. Subsequentemente, através da Informação n.º 5/ 14, de 20MAR do CO/GNR, são estabelecidos os quadros orgânicos de pessoal (QOP) dos órgãos de IC.

## PELA LEI E PELA GREI

Procurando-se atender às características sócio-criminais das respetivas áreas de responsabilidade, a quantidade média de crimes a investigar e o efetivo mínimo de pessoal exigível, consideraram-se três tipos de comandos territoriais (I, II e III), quatro tipos de NIC dos destacamentos territoriais (I, II, III e IV) e três tipos de NICAIV dos destacamentos de trânsito.

A estrutura de IC do CTer Lisboa, considerado um comando territorial de tipo I, compreende um NIC de tipo I (NIC do DTer Sintra), três NIC de tipo II (NIC dos DTer Alenquer, Mafra e Torres Vedras) e um NIC de tipo III (NIC do DTer Vila Franca de Xira). Quanto aos NICAIV, apesar de existirem três destacamentos de trânsito, o DT Carregado, DT Carcavelos e o DT Torres Vedras, apenas os dois últimos possuem NICAIV, ambos de tipo I, estando-se a desenvolver esforços para se reativar o NICAIV do DT Carregado.

A implementação da estrutura estipulada pelo Despacho 18/14-OG de 11 de março, veio colocar

os núcleos de investigação criminal (NIC) dos destacamentos territoriais sob a dependência direta da chefia da SIIC, enquanto que relativamente ao NICCOA, essa dependência é meramente técnica, dependendo funcionalmente do Oficial SEPNA, continuando o NICAIV a depender dos respetivos comandantes de destacamento de trânsito.

No CTer Lisboa os comandantes de Destacamento Territorial mantêm o comando (entenda-se o comando completo) sobre os respetivos NIC, sem prejuízo das competências atribuídas às SIIC, pelo que devem assumir e exercer as suas competências de autoridade de polícia criminal, dirigindo a atividade de IC, nomeadamente através da definição de estratégias de investigação e dos despachos de nomeação de militares para a realização das diligências de investigação criminal, acompanhando os fenómenos criminais de âmbito local, onde o conhecimento da zona de ação e da população podem assumir relevância na condução dos inquéritos e contribuir para a celeridade processual.





Do mesmo modo, quando perante fenómenos criminais que pela sua gravidade, complexidade e dispersão territorial, requeiram uma abordagem que ultrapasse a investigação isolada de ocorrências e que abarque toda a dimensão do fenómeno criminal, que envolvam uma pluralidade de autores ou uma série de ocorrências (crime em série) prolongadas no tempo e a necessidade regular ou constante de coordenação com outras unidades da Guarda e/ou com outras forças e serviços de segurança, a par de uma manifesta gravidade, especial complexidade e considerável dispersão territorial, a intervenção da SIIC assumirá especial relevância.

Atuando por decisão do comandante do CTer Lisboa, por iniciativa própria ou mediante solicitação dos comandantes de destacamento – perante o reconhecimento dos pressupostos atrás enunciados – a SIIC garante a coordenação entre os diversos órgãos da IC do CTer Lisboa, a coordenação com outras unidades da Guarda e com outras forças e serviços de segurança, mantendo capacidade para:

- 1 - Iniciar investigações relativas a fenómenos comuns às zonas de ação das subunidades;
- 2 - Coordenar investigações atribuídas aos órgãos das subunidades, garantindo a troca de informações e difusão de orientações, colaborando na definição de estratégias de investigação;
- 3 - Centralizar investigações, quando tal se mostrar conveniente, através do respetivo NIC da SIIC, ou apoiando-se nos órgãos de IC das subunidades;
- 4 - Assegurar a supervisão e controlo técnico de toda a atividade desenvolvida pelos órgãos da IC da Unidade.

Perante fenómenos criminais de maior complexidade e que envolvam um concurso de crimes, o recurso a equipas multidisciplinares com outras unidades da Guarda e com outras entidades, a constituição de equipas de investigação conjunta, no âmbito da Lei-quadro de Política Criminal e da EUROPOL e/ou EUROJUST, apresenta-se como resposta a fenómenos criminais mais complexos e territorialmente dispersos.

Componente de Intervenção



*"No passado está a história do futuro"*  
*Juan Donoso Cortés*

Tenente de Infantaria  
EDGAR FERNANDES  
Comandante do Destacamento de Intervenção de Lisboa

### 1. O caminho

A evolução da criminalidade impõe a resposta policial. A entrada no novo milénio foi acompanhada de um aumento significativo de atividades criminosas que despertaram preocupação nas forças de segurança. O serviço policial era intensivo e o volume de ocorrências substancial, que reiteradamente ultrapassava a capacidade de resolução das patrulhas de ocorrências. Era necessário criar medidas para garantir a almejada qualidade de resposta policial, nomeadamente através da existência de outro nível de emprego com outra capacidade de intervenção. Assim, a evolução da criminalidade, a necessidade de «minimizar os riscos inerentes às atividades criminosas» e a urgência de corporalizar apoio às patrulhas de ocorrências, levaram a que a Brigada Territorial n.º 2 (escalão de Comando contemplado na anterior lei orgânica) em 2000, implementasse um projeto experimental de forças de intervenção, as «Forças de Intervenção e Apoio às Patrulhas de Ocorrências (FIAPO)», como decorre da Diretiva n.º 11 de 21 de novembro de 2002, da Brigada Territorial n.º 2. Estas forças tinham como missão apoiar a atividade operacional das patrulhas de ocorrências, aumentando a capacidade de intervenção dos Destacamentos Territoriais e reforçar o patrulhamento preventivo nos pontos críticos. Eram constituídas por 6 (seis) militares, sob o comando de um cabo, nomeados a partir do efetivo dos Postos Territoriais, atuando na dependência direta dos respetivos Comandantes de Destacamento, podendo ser reforçadas com um binómio destacado da Secção Cinotécnica do Comando do Grupo Territorial (escalão de Comando também contemplado na anterior lei orgânica).

Três anos de experiência das FIAPO permitiram reconhecer a sua utilidade no apoio às patrulhas, constatando-se um aumento do patrulhamento preventivo e da capacidade de intervenção da Guarda. Este facto, aliado às inerentes questões de segurança do Campeonato Europeu de Futebol que se realizava no

ano seguinte, levou a que o conceito destas forças fosse alargado, ascendendo assim para o escalão pelotão, nascendo desta forma, os Pelotões de Intervenção Rápida (PIR). Tendo aumentado o escalão de comando, a dependência operacional deixou de ser dos Comandantes de Destacamento, passando para os Comandantes de Grupo. Esta mudança trouxe vantagens de gestão, enquadramento e instrução, permitindo o lançamento de pelo menos uma equipa diária. Inerente a esta subida de escalão e muito potenciado pelo Campeonato Europeu, aumentaram as tarefas que lhe estavam atribuídas, designadamente, em diversos aspetos de segurança relacionados com os espetáculos desportivos e no reforço de operações policiais desencadeadas ao nível dos Destacamentos.

Terminado este evento desportivo, os Grupos Territoriais passaram a dispor de uma força de intervenção na sua direta dependência com equipamento e capacidades diferentes das patrulhas territoriais. A Diretiva Operacional n.º 45/2005 de 27 de setembro de 2005, veio definir o tipo de forças de intervenção disponíveis na Guarda Nacional Republicana e presentes nas então Brigadas Territoriais (PIR) e Regimento de Infantaria (Forças de Intervenção Rápida), definindo os parâmetros de atuação e o seu emprego operacional. Este documento atribuiu como missão aos PIR «dar resposta imediata à delinquência na via pública e intervir, ao nível do 2.º escalão, em situações de manutenção de Ordem Pública». O seu emprego assenta «preferencialmente, para ações de patrulhamento em áreas sensíveis, reação ao flagrante delito, segurança a tribunais e recintos desportivos, escoltas a indivíduos e objetos e operações planeadas». A sua atuação é orientada «prioritariamente» em reforço da atividade desenvolvida pelas patrulhas de ocorrências. Este emprego e atuação foram regulados na Brigada Territorial n.º 2 pela Diretiva Operacional n.º 10/2006 de 22 de março de 2006, onde foi determinado que os PIR cumpram a missão geral da Guarda, segundo

os seguintes modelos de atuação: policiamento progressivo/ reativo e interventivo, reposição da ordem pública e intervenção especial.

Em 2007, com efeitos a materializar em 2009, procedeu-se à reorganização da componente territorial da Guarda Nacional Republicana através da Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro, que aprovou a sua orgânica. A Portaria n.º 1450/2008 de 16 de dezembro, estabeleceu a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respetivas subunidades. O Despacho n.º 72/08-OG de 22 de dezembro, do comandante-geral, definiu as competências, a estrutura e o efetivo das unidades territoriais. Mais tarde, já com a lei orgânica em vigor, este normativo foi atualizado pelo Despacho n.º 53/09 de 30 de dezembro, do comandante-geral. Estes documentos previram no dispositivo dos Comandos Territoriais, o Destacamento de Intervenção.

### **2. Caracterização da Subunidade**

O Destacamento de Intervenção, nos termos do Despacho n.º 53/09 de 30 de dezembro, do comandante-geral, é uma subunidade especialmente vocacionada para as missões de segurança e de manutenção e restabelecimento da ordem pública, dispondo de forças em condições de intervir isoladamente ou em reforço das subunidades do Comando Territorial. Pode ainda, integrar forças atribuídas pela Unidade de Intervenção, nos termos a definir por despacho do comandante-geral. É uma subunidade de escalão companhia, de constituição modular, que se articula em Equipas de Intervenção, formando um ou dois Pelotões de Intervenção (PI), uma Secção Cinotécnica e uma Equipa de Inativação de Engenheiros Explosivos e Segurança em Subsolo (EIESS), nos termos do Anexo D do Despacho n.º 53/09 de 30 de dezembro, do comandante-geral. Em 2014, a NEP /GNR – 3.02.02 de 14 de maio de 2014, da Direção de Operações, alterou a designação da EIESS para «Secções Explosive Ordnance

*Disposals»* (secções EOD). Existem ainda Destacamentos de Intervenção que contemplam forças a cavalo de escalão Esquadra. Os Destacamentos de Intervenção dependem operacional e administrativa-mente do Comando Territorial respetivo, possuindo também uma dependência técnica da Unidade de Intervenção e Unidade de Segurança e Honras de Estado (Destacamentos com valência a cavalo).

Sendo uma subunidade de reserva operacional executiva, primariamente, em toda a área de responsabilidade do Comando Territorial, ações de patrulhamento de proximidade, de prevenção criminal e de segurança, em complemento e/ou reforço das respetivas subunidades, garante a intervenção rápida de apoio às patrulhas perante a eclosão de incidentes e prepara-se para intervir em ações de combate à criminalidade e de manutenção da ordem pública de baixo risco.

Ainda, o efetivo do Destacamento de Intervenção deve ter formação específica, designadamente, o Curso de Intervenção Rápida (CIR).

### **3. Dos Níveis de Intervenção aos Níveis de Emprego Operacional**

Com a entrada em vigor da Circular n.º 14/2014 – P de 15 de setembro de 2014, foram definidos os Níveis de Emprego Operacional (NEOp). Este conceito pretende organizar as várias valências e forças da Guarda por diferentes patamares, em função das suas prioridades de emprego, missões atribuídas, preparação técnica e tática, equipamento e impacto no cidadão.

Os NEOp surgem para definir prioridades de emprego, assentes em dois institutos fundamentais, a complementaridade e a subsidiariedade, no intuito de rentabilizar as várias valências da Guarda, clarificando ainda a transição de responsabilidades. Com efeito, de acordo com o exposto, as várias valências da Guarda estão organizadas em quatro patamares diferenciados, sendo que o Destacamento de Intervenção ocupa o 2.º NEOp.

#### 4. Destacamento de Intervenção do Comando Territorial de Lisboa

O Destacamento de Intervenção de Lisboa executa as missões atribuídas às forças de Intervenção das Unidades Territoriais na zona de ação do Comando Territorial de Lisboa. É constituído por dois PI, o PI Mem Martins e o PI Vialonga, situados no local que lhe atribui a designação. A Unidade de Intervenção garante as valências EOD e Cinotécnica nas forças em 2.º NEOP no Comando Territorial de Lisboa, designadamente, através do Grupo de Intervenção Cinotécnico e do Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo (CIESS), atuando este último, através da Secção Operacional EOD CIESS. O PI Mem Martins tem como área territorial de atuação a correspondente à área de competência territorial do Destacamento Territorial de Sintra,

Mafra e Torres Vedras. Já o PI de Vialonga é responsável pela área do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira e Alenquer. Cada PI é constituído por quatro Equipas de Intervenção que garantem todo o serviço operacional desta subunidade, bem como a segurança às próprias instalações. Para cumprir o principal desiderato das forças de 2.º NEOP, assegura uma Equipa de Intervenção na situação de prevenção. O Destacamento de Intervenção de Lisboa conta com um efetivo de 48 (quarenta e oito) militares. No âmbito das suas missões, sem prejuízo de outras, é empregue: Patrulhamento, Serviço a Altas Entidades, Operações, Segurança a Tribunais e Áreas de Serviço, Cerimónias e Honras Fúnebres, *Plastrons*, Eventos Culturais e Lúdicos, Serviços Remunerados, Solicitações de Reforço e de Instrução.



## PELA LEI E PELA GREI

Sobre algumas destas missões, expõem-se as seguintes anotações:

O patrulhamento desta subunidade assenta sobretudo, nas zonas consideradas problemáticas, atendendo ao seu fator de risco elevado predominante (Zonas Urbanas Sensíveis - ZUS), conforme determina a missão destas forças de intervenção e a Lei-Quadro da Política Criminal. Encontra-se definido maioritariamente em giros fixos que abrangem a extensa área do Comando Territorial de Lisboa, havendo ainda a faculdade de serem orientados por informações, atendendo à evolução da criminalidade. Baseiam-se no conceito de patrulhamento interventivo e patrulhamento apoiado.

A atividade do Destacamento de Intervenção de Lisboa desenvolve-se também no reforço da atividade operacional das restantes Subunidades do Comando, nomeadamente operações de trânsito, fiscalização de estabelecimentos, segurança física a

instalações, constituição de reserva na deslocação de Altas Entidades, segurança de eventos lúdicos, recreativos e desportivos, escoltas, entre outros.

Os espetáculos desportivos constituem fenómenos sociais e económicos com necessidades próprias de segurança, caracterizados pela aglomeração de pessoas que face à grande componente competitiva e outros fatores que lhe estão inerentes, potenciam diversos ilícitos, designadamente desordens, ofensas à integridade, furtos, danos, etc. Cabe às forças de segurança, no âmbito das suas atribuições, zelar pelo normal decurso das atividades desportivas decorrentes na sua área de responsabilidade. Na zona de ação do Comando Territorial de Lisboa sucedem inúmeros espetáculos desportivos, em várias modalidades e escalões. Constitui especial relevância pela sua frequência e necessidades especiais de segurança, as competições desportivas de natureza profissional de futebol, materializadas





em geral pelos jogos das equipas do Estoril Praia - Futebol, SAD e do Clube Desportivo de Mafra - Futebol, SDUQ, Lda. Também destes, constitui preocupação garantir o policiamento contínuo das áreas de serviço devido à probabilidade acrescida de ocorrência de incidentes, potenciada pela movimentação de adeptos, de forma organizada ou não. O Comando Territorial de Lisboa tem à sua responsabilidade quatro áreas de serviço: a área de serviço de Aveiras na Autoestrada do Norte, a área de serviço de Torres Vedras e a área de serviço do Alto de Loures, ambas na Autoestrada do Oeste, e a área de serviço do Tojal na Autoestrada n.º 9.

Para além da formação interna, o Destacamento de Intervenção de Lisboa assume a direção das Semanas de Instrução de Intervenção Policial (SIIP) do Comando Territorial de Lisboa. Nestas são ministradas de forma centralizada, matérias no

âmbito da intervenção policial ao efetivo da Unidade, designadamente, o Curso de Bastão Extensível, algemagens, arma intermédia (gás pimenta) e a arma de fogo, pistola Glock 19 Compact, calibre 9 mm. Desta forma, é percorrido todo o equipamento e armamento genérico disponível ao militar patrulheiro e evidenciados os diferentes patamares do uso da força existentes e a faculdade de transição de armas/equipamento de forma reativa ao comportamento do adversário. Paralelamente, todas estas instruções são sustentadas na componente teórica.

O Destacamento de Intervenção de Lisboa nas suas atribuições cumpre ainda outras missões, designadamente e a título de exemplo, participa em cerimónias, presta honras fúnebres, realiza demonstrações e ações de sensibilização e opera os dispositivos de imobilização de veículos.

# Fenotipagem Forense de ADN

Coronel ART ENGGEO  
LUÍS NUNES

## 1 - Introdução

Ao determinar o processo como a informação genética contida no ácido desoxirribonucleico (ADN) se traduz na aparência física, é possível efetuar um procedimento de *reverse-engineer* que, partindo de ínfima quantidade de ADN, possibilita obter uma previsão do perfil físico humano real.

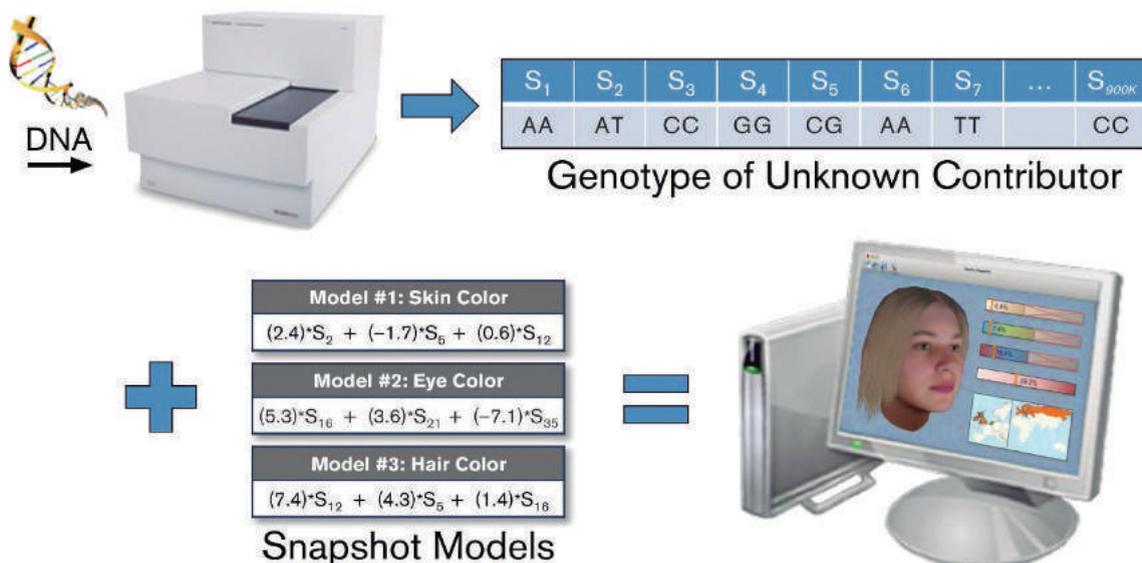
Os avanços tecnológicos no processamento de ADN, conjugados com sistemas de informação como o *Parabon's Snapshot Forensic* estão, na atualidade, capacitados para prever com elevada precisão a genética ancestral, cor dos olhos, cor do cabelo, cor da pele, alterações dermatológicas e forma de rosto em indivíduos de qualquer origem étnica. Cada predição é apresentada com uma «medida de confiança» associada.

Como exemplo e para além de outras características físicas externamente visíveis, o teste pode determinar se uma pessoa é do sexo masculino com 100% de confiança, tem olhos verdes com

70% de confiança, é careca com 79% de confiança, ou que definitivamente não é canhoto com 99% confiança.

O processo de predição de informação a partir do ADN (fenotipagem) tem início com a amostra e a determinação do genótipo. Com base na ascendência e noutros marcadores genéticos, o sistema de informação analisa os códigos obtidos e correlaciona-os com os modelos físicos pré-determinados, possibilitando a criação de uma forma facial e estrutura física prováveis. Recolhidas todas as informações possíveis do ADN, pode criar um perfil artístico tridimensional que representa as características externamente visíveis, *Externally Visible Characteristics* (EVC) da pessoa de quem é originário o ADN.

Como subproduto, o *Parabon's Snapshot Forensic* pode também analisar, simular e prever como duas ou mais pessoas estão relacionadas, mesmo com graus de relacionamento familiar distantes como primo em terceiro grau, meio-irmão ou tetra-avô.



## 2 - Operacionalização

Suponhamos que num particular caso de investigação, realizada por um Núcleo de Investigação Criminal, eram seguidas todas as pistas desenvolvidas a partir das evidências recolhidas na cena do crime, contudo, sem sucesso conclusivo do processo. Não existiam testemunhas oculares, mas os investigadores descobriam ADN não pertencente à vítima e/ou nos objetos endógenos à cena do crime. A amostra recolhida era confrontada, através os diversos sistemas de bases de dados nacionais e internacionais de ADN, tendo-se verificado a inexistência ou a ausência parcial de correspondência, com os registos existentes.

Como último recurso, a amostra de ADN encontrada na cena do crime é analisada laboratorialmente para recolher informação genómica sobre a pessoa do qual o ADN é originário. Dessa análise forense, resulta que o suspeito é provavelmente do sexo masculino, quase de certeza caucasiano, possivelmente de descendência escandinava, com forte probabilidade de ter cabelo ruivo, pele sardenta, canhoto, com altura acima da média, sofrendo de miopia e, provavelmente, fumador.

Recorrendo a um sistema de informação com *software* adequado para fenotipagem forense gráfica é gerado um perfil artístico, realista, incorporando a forma de rosto com outras caracterís-

ticas físicas, sendo divulgada uma imagem tridimensional do suspeito ao dispositivo territorial da Guarda. Após algum patrulhamento e análise por parte dos militares no terreno, consegue-se descobrir que vive em Portugal, numa zona geográfica específica, um cidadão com aquelas características externamente visíveis, sendo a sua presença e morada indiciada também por elementos da população.

Após interrogatório do cidadão, em sede de investigação, e recolhida uma amostra do seu ADN, confirma-se que é coincidente com a da cena do crime. Corroborada com outras evidências, o suspeito é levado a julgamento e posteriormente condenado.

Esta técnica, anteriormente referida e designada por «Fenotipagem Forense de ADN», pode ser considerada ainda embrionária em Portugal, contudo, mesmo com o limitado conhecimento corrente da codificação das características pessoais contidas no ADN (fenótipo), pode ser extremamente útil para corroborar as evidências recolhidas na cena de um furto, crime, desaparecimento ou simples identificação, e para permitir inferir sobre suspeitos em apoio de uma investigação, quando não existam evidências alternativas conducentes à resolução do processo. Outra potencialidade é o auxílio na busca de pessoas desaparecidas, possibilitando a recons-

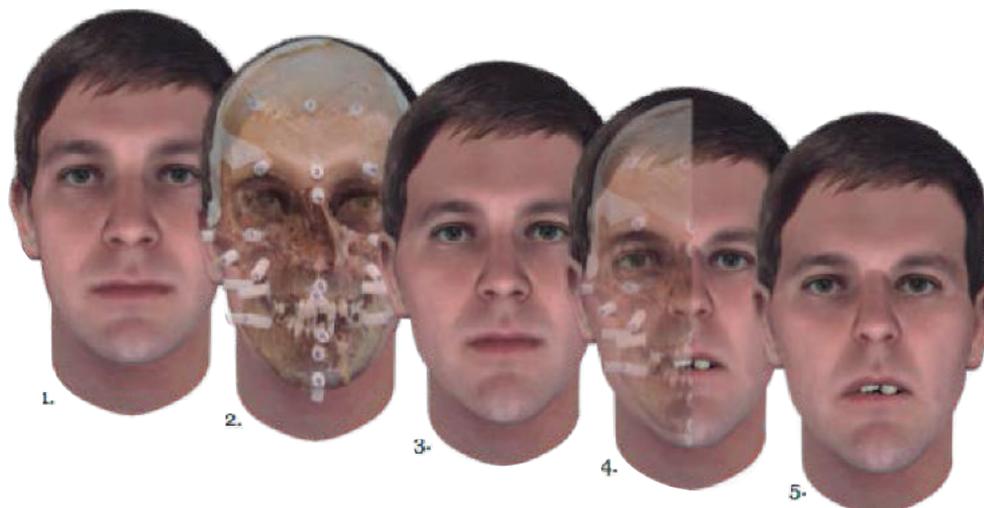


Figura 2. Inferir sobre as EVC a partir do ADN, em apoio de um processo de investigação.

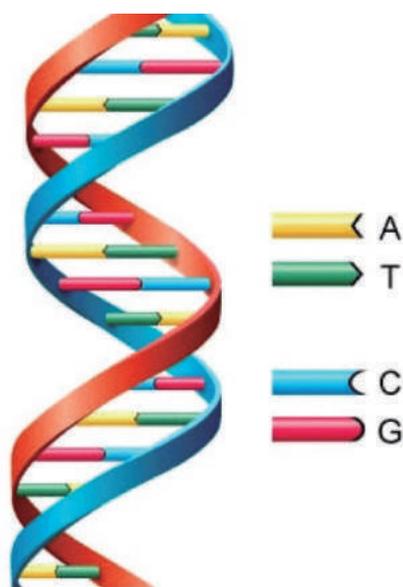
trução fenotípica a partir do ADN extraído de ossos (na antropologia forense, o método tradicional é a análise do tamanho femoral, do crânio e de outros ossos para estimar a altura e idade), bem como para ajudar na reconstrução fenotípica de crianças desaparecidas para prever como seriam em idade adulta.

### 3 - Características do ADN

O ADN é o material hereditário em seres humanos e na maior parte dos outros organismos. Em organismos chamados eucariotas, ou seja, com um núcleo celular rodeado por uma membrana, o ADN pode ser encontrado dentro de uma área especial da célula designada núcleo.

Os investigadores referem-se ao ADN encontrado no núcleo da célula como ADN nuclear. O conjunto completo de um organismo de ADN nuclear é designado por genoma. As informações hereditárias de um organismo contidas no genoma são o seu genótipo.

Devido ao facto de a célula ser muito pequena e também porque os organismos possuem muitas moléculas de ADN por célula, cada molécula de ADN encontra-se compactada. Esta forma compactada do ADN é designada de cromossoma.



A informação no ADN é armazenada como um código composto de quatro bases químicas: Adenina (A), Guanina (G), Citosina (C) e Timina (T). O ADN humano consiste de cerca de três bilhões de bases, e mais de 99% dessas bases são as mesmas em todas as pessoas. A ordem ou sequência dessas bases determina a informação disponível para a construção e manutenção de um organismo, de forma semelhante como as letras do alfabeto aparecem numa certa ordem para formar palavras e frases.

No caso do corpo humano, quase todas as células têm o mesmo ADN, estando este localizado no seu núcleo celular (ADN nuclear), contudo, pode uma pequena quantidade também ser encontrada nas mitocôndrias (ADN mitocondrial).

O ADN está assim contido dentro de cada uma das células do corpo humano e contém o modelo de onde foi proveniente o corpo, como ele foi criado, e como opera.

Além de gêmeos idênticos, duas pessoas na Terra não compartilham o mesmo ADN. Assim, cada um de nós pode ser considerado como geneticamente único e é essa singularidade e variedade que fazem do ADN uma ferramenta forense tão valiosa para as forças de segurança.

No estado atual, é sobejamente conhecida a utilização do ADN, de forma regular, para identificar a fonte de um espécime biológico recolhido numa cena do crime e para poder confrontar esse material com o registo existente numa base de dados de ADN de genótipos, normalmente obtidos de pessoas anteriormente registadas, sendo internacionalmente um dos sistemas mais conhecidos, o *Combined DNA Index System*, ou CODIS. O ADN pode também ser utilizado para auxiliar na localização de pessoas desaparecidas e na identificação de cidadãos anónimos, recorrendo a análises de genótipos de familiares, sendo um dos sistemas mais conhecidos internacionalmente o *National Missing Persons DNA Database*, designado por NDIS.

#### 4 - Técnicas e Testes de Genotipagem

A genotipagem de ADN tem sido utilizada de forma forense e condicionalmente admissível em tribunais criminais desde o final dos anos 80. Em 1985, no Reino Unido, foi demonstrado pela primeira vez, o uso do ADN numa investigação criminal (Jeffreys *et al.*, 1985), tendo sido selecionadas regiões de ADN nas quais os seus segmentos curtos são repetidos uma série de vezes. Esse número de repetições varia muito de pessoa para pessoa, sendo um fator distintivo (Wyman e White, 1980). O biólogo molecular Alec Jeffreys utilizou esses segmentos de ADN de tamanho variável para primeiro exonerar um jovem suspeito que já tinha confessado ter cometido a violação e homicídio de duas menores e, depois, para mostrar que um outro homem, Colin Pitchfork, tinha um perfil de ADN correspondente ao do esperma existente nas amostras recolhidas no âmbito da investigação, tendo este sido o primeiro caso de condenação em tribunal com recurso ao perfil de ADN.

##### 4.1 - RFLP

Originalmente, no *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e nos seus laboratórios regionais conexos, a genotopatologia forense começou por recorrer aos testes denominados polimorfismo de fragmentos de restrição, *Restriction Fragment Length Polymorphism* (RFLP). Este é um marcador em que os organismos podem ser diferenciados pela análise de padrões derivados da clivagem do seu ADN, através de hidrólise com enzimas de restrição e posterior separação, por eletroforese, dos fragmentos gerados, que correspondem a padrões de restrição específicos.

A aplicação da técnica conducente ao RFLP, uma das quais pode ser a *Shouthern Blotting*, é um processo demorado que necessita de uma amostra biológica substancialmente volumosa para poder retornar um genótipo de ADN válido, para comparação. Além do cromossoma de género, o RFLP testa apenas áreas da cadeia de ADN que não controlam ou influenciam (isto é, que não «codificam») quaisquer características ou doenças observáveis.

##### 4.2 - Separação, deteção e amplificação de ADN

Durante o período de 1985-1990, os laboratórios forenses de ADN começaram a utilizar a tecnologia de Reação de Polimerização em Cadeia, *Polymerase Chain Reaction* (PCR), a qual se baseia na amplificação exponencial seletiva de uma quantidade reduzida de ADN de uma única célula (Saiki *et al.* 1988; Mullis e Faloona 1987). Esta técnica revolucionou o mundo científico e as suas aplicações são imensas, sendo utilizada no diagnóstico médico, mapeamento genético, deteção de doenças hereditárias, clonagem de genes, testes de paternidade, identificação de «impressões digitais» genéticas, entre outras.

A metodologia PCR, comparativamente à técnica RFLP, apresenta uma série de vantagens, mormente, requer uma amostra de material muito menor, retorna resultados muito mais rapidamente e é economicamente mais vantajosa. Quase todos os laboratórios que efetuam, na atualidade, análises forenses de ADN para testes de determinação do genótipo já descartaram a técnica RFLP a favor da PCR porque esta tem o mesmo poder para discriminar entre genótipos de ADN, mas pode ser realizada numa fração de tempo e de custo.

A PCR é uma técnica rápida, barata e segura porque foi desenvolvida para extrair a quantidade necessária de ADN duma amostra ínfima e, em seguida, amplificar o material por replicação através de uma reação química. Após concluído o processo, o ADN replicado é que vai ser testado posteriormente, em vez de apenas ser testada a quantidade original ínfima de ADN, o que facilita a obtenção e manutenção da prova.

O molde pode ser qualquer forma de ADN de cadeia dupla, como o ADN genómico, podendo ser utilizada uma gota de sangue, um fio de cabelo, uma célula do epitélio oral, um blastómero ou outro tipo de objetos em que tenha existido transferência de ADN.

As metodologias PCR e RFLP na sua essência apresentam, contudo, limitações e testam apenas partes da cadeia de ADN que não são determi-

nantes de género e que não codificam quaisquer características físicas.

### 4.3 - Sistemas com Transmissão Específicas do Género

#### Y-STR

O marcador Y-STR recorre a uma técnica quase idêntica ao teste PCR, mas possibilita extrair e identificar um genótipo de ADN do cromossoma Y (a «fração masculina») de forma isolada. Uma vez que o y-STR aborda somente a fração masculina, ele fornece estatísticas de frequência muito menos poderosas do que as abordagens tradicionais de PCR, mas o y-STR é muito útil quando há uma amostra mista de sexo, em que o investigador se deseja focar apenas no genótipo do sexo masculino, adicionado ao facto de todos os membros masculinos de uma única linhagem partilham do mesmo genótipo y-STR.

Normalmente, o teste Y-STR é utilizado nos casos de assalto sexual e noutros casos em que a identificação dos machos que contribuem para uma amostra revele ser fundamental para corroborar ou negar a participação no processo.

#### mtDNA

A técnica do ADN Mitocondrial testa somente o ADN contido dentro das mitocôndrias das células e só examina a linhagem materna. O ADN Mitocon-

drial é muito útil para realizar testes em amostras recolhidas de cabelo quando na amostra existem um ou mais fios, mas não foi possível recolher a raiz do cabelo, impedindo assim que sejam efetuados testes de PCR. O tipo de técnica é também muito utilizado devido à sua elevada resistência à degradação da amostra ao longo do tempo.

Os testes de ADN mitocondrial, assim como os testes de y-STR, produzem estatísticas de frequência muito mais fracas do que as técnicas de teste PCR tradicionais e evolutivas.

### 4.4 - Marcadores Genéticos baseados em sequências repetidas

O genoma humano é preenchido por sequências de ADN repetidas. Estas sequências repetidas têm tamanhos diversos e são classificadas de acordo com o comprimento das unidades de repetição do núcleo, o número de unidades de repetição contíguas e/ou o comprimento total da região de repetição. As regiões de ADN com unidades de repetição curtas (normalmente 2 a 6 pares de bases de comprimento) são designadas de *Short Tandem Repeats* (STR). As STR podem ser encontradas ao redor do centrómero cromossómico (o centro estrutural dos cromossomas) e têm provado possuir vários benefícios que as tornam especialmente adequadas para a identificação humana.

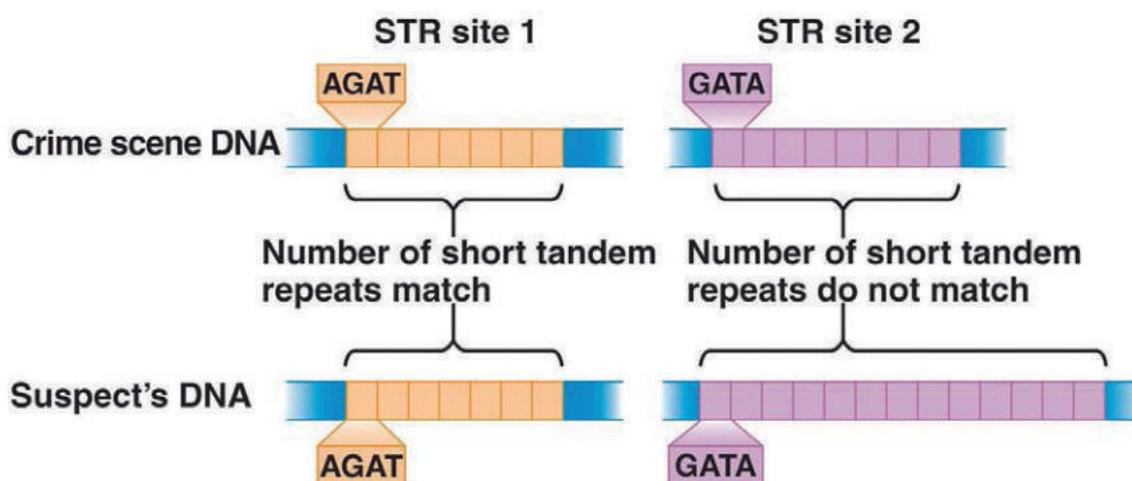


Figura 4. Informação STR recolhida na cena do crime compara com a dos suspeitos. No site 1 o número de repetições coincide com o ADN do suspeito. Tal não se verifica no site 2.

As STR tornaram-se marcadores populares de ADN porque podem ser facilmente amplificadas por reação em cadeia da polimerase (PCR), sem o problema da amplificação diferencial; isto é, os produtos de PCR para STR são geralmente semelhantes em quantidade, tornando a análise mais fácil. Um indivíduo herda uma cópia de um STR de cada progenitor, que pode ou não ter tamanhos de repetição semelhantes. O número de repetições em marcadores STR pode ser altamente variável entre indivíduos, o que os torna muito eficazes para fins de identificação humana.

Tal como suprarreferido, para fins de identificação humana é importante ter marcadores de ADN obtidos a partir de produtos de amplificação por PCR-STR que evidenciem a maior variação possível, de modo a ser possível conseguir discriminar entre amostras, contudo, muitas vezes é difícil atingir a assertividade laboratorial necessária a partir de amostras forenses. Isso é devido ao facto do ADN recolhido e contido nessas amostras se encontrar degradado ou, eventualmente pode ter sido misturado (como num caso de agressão sexual).

O tamanho menor dos alelos STR torna estes marcadores melhores candidatos para uso em

aplicações forenses, nas quais a degradação de ADN é comum. A amplificação por PCR-STR de amostras de ADN degradadas consegue alcançar taxas de sucesso mais elevadas com quantidades muito menores de produto.

Devido ao seu tamanho menor, os alelos STR podem também ser separados de outras localizações cromossómicas com maior facilidade e têm menores taxas de mutação. Estas características tornam os dados mais estáveis, previsíveis e possibilitam maior poder de discriminação, sendo regularmente escolhidos para a identificação humana em casos forenses. Possibilitam a identificação da vítima, do perpetrador, suspeito, pessoa desaparecida e outras situações.

#### 4.5 - Marcadores genéticos baseados em polimorfismos nucleotídicos únicos

Os polimorfismos de nucleótidos únicos, *Single Nucleotide Polymorphisms* (SNP), representam alterações na sequência de ADN numa posição de um único nucleótido, quer devido a alterações de bases, quer à inserção ou desaparecimento de uma ou algumas bases. Os meios para detetar estas alterações e o número de tais polimorfismos conhecidos mudaram consideravelmente nos últimos anos.

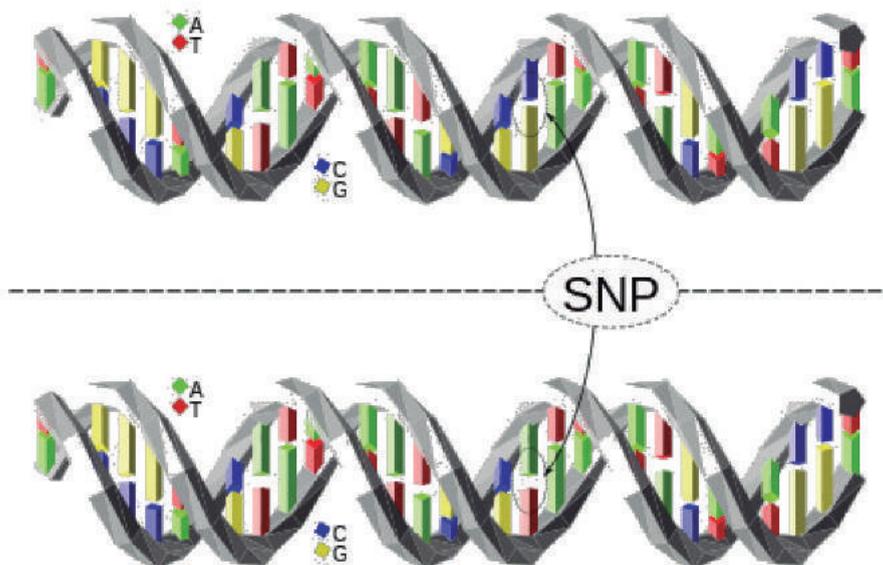


Figura 5. Variações de sequência detetadas ao longo do genoma.

Mais recentemente, com o incremento na utilização da sequenciação direta de segmentos amplificados de ADN, as variações de sequência são detetadas ao longo do genoma, sem a limitação intrínseca às endonucleases de restrição. As variações de base são observadas, em média, a cada 1 000 bases ao longo do genoma. De um modo geral, os SNP são bi-alelicos, mas podem conter três ou quatro alelos. Embora a análise sequencial de ADN seja ainda relativamente complexa na atualidade, a análise SNP pode ser realizada por uma variedade de métodos mais simples e rápidos, apresentando ainda vantagens resultantes de serem marcadores muito numerosos em genomas de mamíferos, existirem múltiplos métodos de deteção disponíveis, a amplificação dos alelos não ser propensa a amplificação preferencial e robusta, e a amplificação multiplex ser relativamente fácil de conseguir.

### 5 - FENOTIPAGEM

A fenotipagem de ADN recorre à metodologia PCR-STR de SNP para se concentrar em porções da cadeia de ADN que codificam certas características físicas, encontrando-se esta ciência em fase apenas embrionária. As descobertas científicas inimagináveis há apenas alguns anos são agora comuns e no futuro, a fenotipagem será capaz de identificar muitas características físicas ainda nem sequer pensadas ou idealizadas. Se analisarmos as doenças genéticas, há vinte e cinco anos a análise de ADN poderia identificar apenas algumas, muito poucas, doenças genéticas. A análise moderna de ADN identificou, pela primeira vez, componentes genéticos de muitas doenças que antes se acreditava não possuírem nenhuma correlação genética.

Para se ter uma noção da evolução acelerada neste campo do conhecimento, nos Estados Unidos estão disponíveis na atualidade, mais de 2 500 testes exclusivos para determinação de doenças genéticas, os quais são fornecidos comercialmente por cerca de 600 laboratórios. Comparativamente, há aproximadamente 20 anos existiam pouco mais de 100 testes disponíveis em cerca de 100

laboratórios. Desde o ano de 2001, em média, 175 novos testes genéticos foram desenvolvidos a cada ano. Não se torna assim difícil antecipar que, num futuro próximo, o ADN recolhido na cena do crime poderá ser examinado e produzir uma interpretação probabilística, artística, mas fidedigna, com uma descrição física completa da pessoa que é a fonte desse ADN. De forma semelhante, embora fique muito aquém do trabalho que tem vindo a ser realizado com testes de doenças genéticas, a fenotipagem de ADN tem observado um crescimento substancial na variedade das características físicas discerníveis pelo teste de fenótipo na robustez da assertividade das conclusões e das previsões sobre as características visíveis externas da pessoa do qual é originário o ADN.

Para se compreender a complexidade técnica, tecnológica e legal é importante conhecer quais as características que podem ser determinadas a partir do ADN no momento presente.

Muito diminutas células de tecido, com peso de cerca de 100 picogramas, são suficientes para extrair material para análise.

A determinação do género através do ADN é muito simples. A mulher tem dois cromossomas x e o homem tem um cromossoma x e um cromossoma y. Portanto, se o material contém o cromossoma y então o ADN pertence a um cidadão do sexo masculino. O grau de confiança na previsão do sexo, a partir de uma amostra de ADN, é de aproximadamente 100%.

No entanto, determinar e rastrear outras características a partir do ADN é consideravelmente mais difícil e para efetuar a predição de EVC existem, essencialmente: Fenotipagem Indireta, através da pesquisa da origem geográfica e dos nomes de família, e Fenotipagem Direta, recorrendo à determinação de características corporais e comportamentais.

#### 5.1 - Fenotipagem Indireta

As características externas podem ser determinadas indiretamente através da origem geográfica ou étnica de uma pessoa. Normalmente a origem está



Figura 6. Prever características externamente visíveis a partir do ADN é mais difícil.

associada com características perceptivas como a cor da pele e do cabelo, a forma dos olhos e a face. É possível determinar a origem geográfica ou étnica de uma pessoa com um grau de precisão elevado porque, durante muitos séculos, o homem

espalhou-se pelo globo e, gradualmente, grupos de indivíduos desenvolveram variações no seu ADN. Contudo, essas mutações apenas ocorreram em determinados locais porque existiram vantagens evolucionárias. Através do estudo dessas mutações

no tempo, é possível calcular a probabilidade de uma pessoa ser originária de uma determinada região.

Isso não significa, contudo, que essa pessoa ainda viva na mesma região. O ADN de pessoas originárias de África ou da Ásia, apesar de viverem na Europa, indicará sempre a sua proveniência, relacionando-as com o seu local de origem. Mesmo existindo a mistura inter-racial é sempre possível aprender com o ADN, se porventura um indivíduo possui ancestrais norte-europeus e chineses simultaneamente.

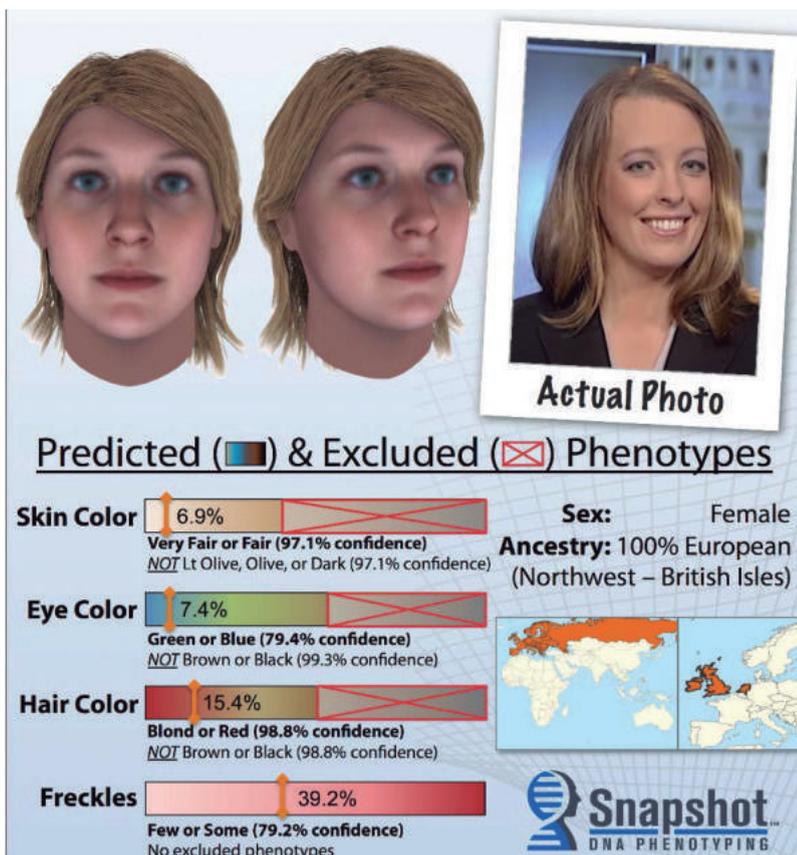


Figura 7. É possível determinar a origem geográfica ou étnica de uma pessoa, a partir do ADN, com um grau de precisão elevado.

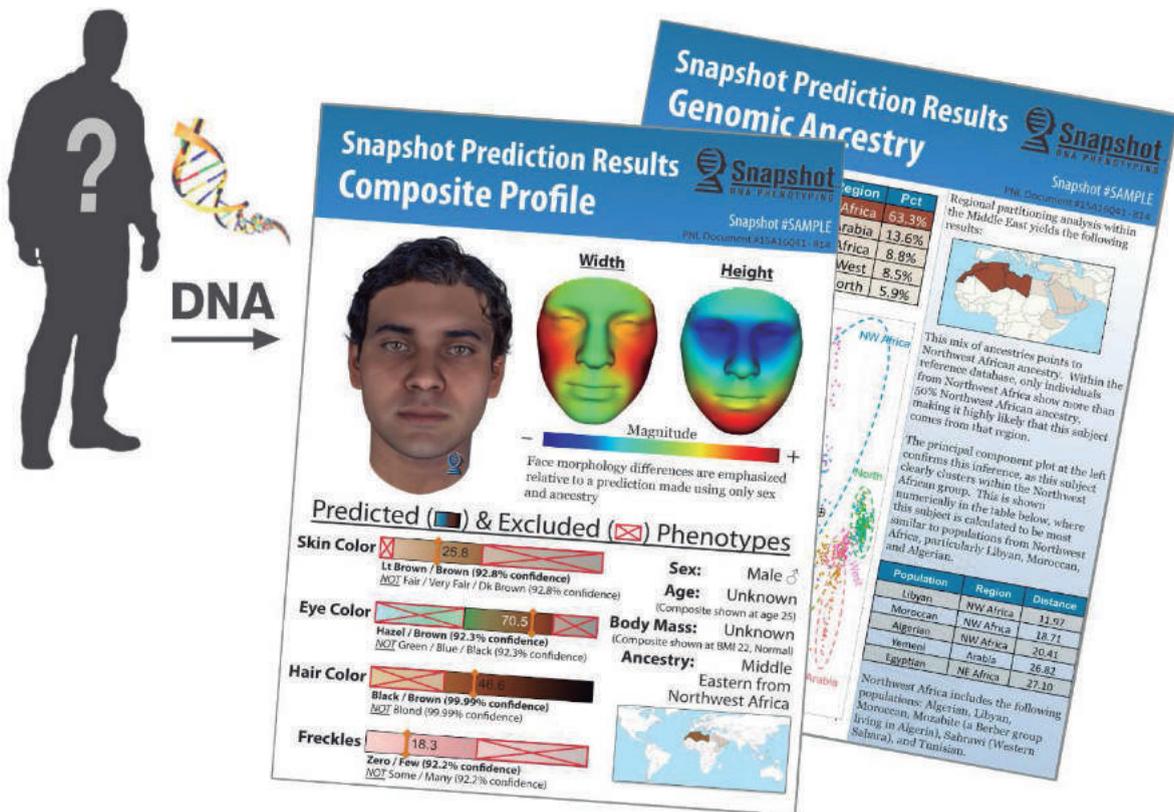


Figura 8. O uso criativo do ADN revela muito mais informação do que apenas a origem geográfica.

O uso criativo do ADN pode revelar muito mais informação do que apenas a origem geográfica. Estudos recentes têm revelado que até certa extensão os nomes de família podem ser inferidos com base nos marcadores do cromossoma y. Tal como o cromossoma y, os nomes de família passam de pais para filhos em países com herança paternal dos sobrenomes.

Casos de investigação no Reino Unido têm revelado que o correto nome de família pode ser predito a partir do ADN e, em 80 dos nomes de família menos comuns envolvidos numa investigação, cerca de 34% foram corretamente identificados. Contudo, a utilização do nome de família a partir do ADN é ainda muito limitada porque requer nomes menos comuns e ausência de adultério por qualquer dos ancestrais.

### 5.2 - Fenotipagem Direta

Aparte da determinação indireta através de inferência da proveniência geográfica, as cara-

terísticas externas como a cor dos olhos, a cor do cabelo, ou seu formato, podem ser diretamente ligados ao ADN.

Infelizmente não há uma forma simples de um gene codificar os olhos ou a cor do cabelo. A aparência física e comportamental depende da combinação de diversos fatores. Existem não somente diversos genes que interagem entre eles, mas também numerosos fatores externos, desde a posição do embrião no útero, às substâncias que absorve durante a gravidez, para complicar processos desconhecidos nos quais os genes são expressos. Não está ainda totalmente determinada a correlação existente entre os genes e aparência física, no entanto, a ciência tem feito rápidos progressos e já consegue ter visões sobre determinado tipo de fenótipos. Por exemplo, existem 30 variantes do gene MC1R em que três deles coincidem de forma relevante com cabelo ruivo, pele clara e sardas. Estudos populacionais demonstram que estas

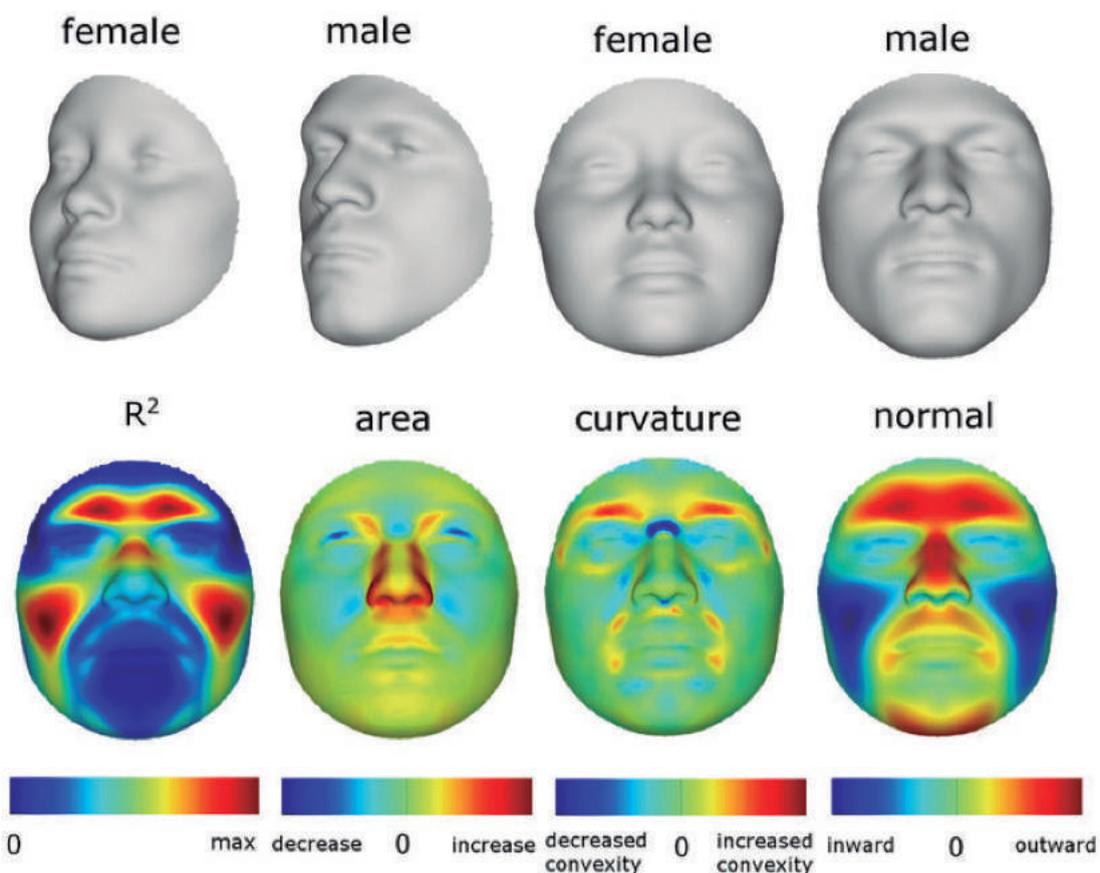


Figura 9. Predição da forma facial.

variantes têm uma probabilidade superior a 90% após análise.

Relativamente à cor dos olhos, existem indicações muito fortes de que o gene OCA2 constitui o fator mais determinante.

Outras possibilidades de predição incluem ainda a análise multitemporal a partir das amostras do ADN recolhido, a fim de auxiliar na inferência sobre pessoas desaparecidas ou na identificação de

suspeitos, a partir de crimes cometidos num passado distante.

### 5.3 - Busca familiar

Numa metodologia muito recente, a investigação criminal encetou um processo evolutivo conhecido como «busca familiar». A busca familiar é uma opção, utilizada como último recurso, quando os investigadores são incapazes de conseguir uma correspondência exata ou suficiente com uma



Figura 10. Identificação multitemporal a partir de ADN recolhido num passado distante (A-20 anos, B-30 anos, C-40 anos, D-50 anos e E-60 anos).

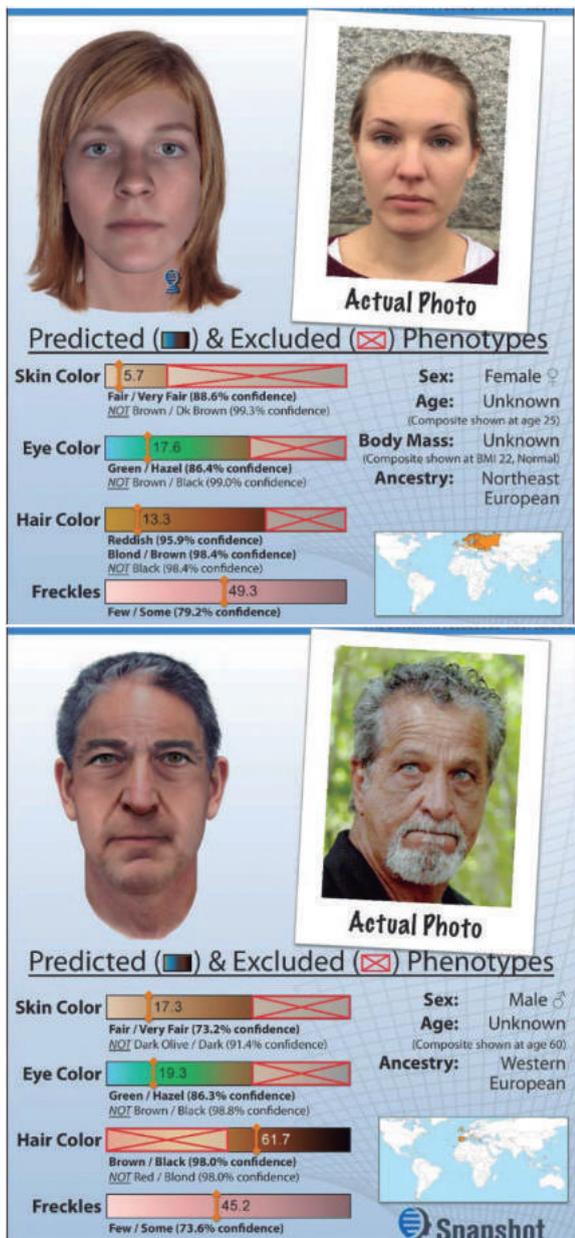


Figura 11. Predições a partir de ADN de pessoas previamente identificadas.

amostra conhecida numa base de dados de ADN existente. Nessa situação, utilizando resultados normalmente provenientes da metodologia PCR, a base de dados é consultada para pessoas com genótipos que são próximos, mas com uma correspondência imperfeita ou parcial e comparados os resultados com o genótipo determinado a partir da cena do crime.

Os investigadores consideram, então, que as

peças com correspondências aproximadas, mas incompletas, estão dentro da «família» do «alvo», mesmo que, obviamente, pelo menos algumas dessas correspondências possam não estar relacionadas com o suspeito, sendo a «família» tratada como pistas investigativas a explorar.

#### 5.4 - Capacidades de Predição e Grau de Confiança

Recorrendo aos marcadores supramencionados e a sistemas de informação como o *Parabon's Snapshot Forensic*, muitas das características físicas (incluindo os EVC) podem ser determinadas através de testes já disponíveis comercialmente, incluindo o cruzamento com características comportamentais como a propensão para fumar, o lado funcional (canhoto), ter gaguez e outro tipo de características genéticas determináveis.

A lista de possibilidades de predição a partir de Fenotipagem Forense de ADN já existentes e perfeitamente testadas são as seguintes:

- Sexo
- Cor da pele
- Cor dos olhos
- Cor do cabelo
- Forma do cabelo
- Características faciais
- Altura
- Idade
- Gaguez adulta
- Lado funcional
- Sardas
- Ascendência
- Calvície
- Apelido
- EVC em geral

Os graus de confiança, em predições a partir do ADN, são considerados os seguintes:

- Género: Masculino (100%) / Feminino (100%)
- Raça, Ascendência, Cor da pele: Africano (71%) / Asiático (88%) / Caucasiano (90%)
- Nomes de família: (19% a 44%)
- Cor dos olhos: (76% a 99%)
- Cor do cabelo: (90%)

- Altura do corpo: (65%)

Internacionalmente, considera-se que as possibilidades de predição futuras, a partir de Fenotipagem Forense de ADN, são as seguintes:

- Traços de personalidade
- Alcoolismo
- Cancro
- Obesidade
- Hipercolesterolemia familiar
- ADHD (perturbação de hiperatividade e défice de atenção)
- Diabetes mellitus tipo I ou II
- Acondroplasia
- Fenilcetonúria
- Doença de Alzheimer
- Deficiência de G6PD
- Esquizofrenia
- Autismo
- Hemofilia
- Doença falciforme
- Transtorno bipolar
- Doença de Huntington
- Doença de Tay-Sachs
- Fibrose quística
- Síndrome de Marfan
- Outras doenças ou não-EVC

## 6 - ENQUADRAMENTO LEGAL E ÉTICO

Apesar de já terem sido publicados estudos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que abordam as perspetivas legais e éticas sobre a Fenotipagem Forense de ADN e/ou o uso potencial de informação no diagnóstico molecular de doenças no campo forense, existe um amplo consenso sobre a falta de regulamentação e legislação, sendo que, poucos ordenamentos jurídicos nacionais existem que prevejam especificamente o uso forense do ADN para a predição do fenótipo, previnam contra o seu uso inadequado e limitem a exploração dos fenótipos obtidos com recurso aquela tecnologia.

O método é ainda muito recente e muito pouco utilizado para congregar esforços legislativos. A

maior parte da legislação existente está relacionada com a análise tradicional de ADN, a qual se baseia na análise de regiões «não codificantes» e, portanto, não reveladora de informações pessoais. Em contraste, a Fenotipagem Forense de ADN examina a codificação do ADN para tentar descobrir informações pessoais, tais como a pele, altura, tipo de cabelo, cor dos olhos e ascendência geográfica, altura e outras, prevendo-se que no futuro seja possível prever características comportamentais.

Do ponto de vista legal e ético, a previsão das EVC, no ordenamento jurídico nacional, não aparenta violar qualquer aspeto da privacidade do cidadão. A informação obtida a partir da fenotipagem não se configura de natureza confidencial e consta inclusive, presentemente, nalguns documentos de identificação civil, como o cartão de cidadão, cartas de condução e alguns cartões profissionais.

Uma perspetiva diferente, a qual deverá ser objeto de análise apurada, prende-se com a análise futura dos polimorfismos preditores de doenças ou características comportamentais estigmatizantes (predisposição genética ao alcoolismo, violência e outros), características que, caso conhecidas, poderiam afetar psicologicamente não só os suspeitos envolvidos numa investigação, como também terceiros não associados ao processo.

## 7 - SÍNTESE CONCLUSIVA

Tendo em conta que a Fenotipagem Forense de ADN ainda é relativamente recente, foram abordadas as capacidades de previsão, existentes e futuras, das características externamente visíveis e comportamentais, como ferramentas de auxílio no âmbito de um processo policial ou de investigação criminal em que existam poucas evidências.

Em contexto forense, considera-se ser a técnica para a predição de características físicas, tais como os olhos, cabelos ou cor da pele, aparência étnica, e outras, com base num perfil de ADN. Ou seja, prever de forma artística, realista e tridimensional,

## PELA LEI E PELA GREI

particularidades que possam ser, visualmente, auxiliaadoras na identificação de um suspeito ou desaparecido, recorrendo a sistemas de informação como o *Parabon's Snapshot Forensic*.

Comparativamente, enquanto que o processo de determinação de um perfil de ADN é uma técnica utilizada para identificação de uma amostra desconhecida, a Fenotipagem Forense de ADN é uma ferramenta preditiva, que utiliza informação genética para produzir um conjunto de características físicas, realistas, de um indivíduo.

Embora o perfil de ADN possa ser apresentado em tribunal como evidência, os resultados da Fenotipa-

gem Forense de ADN são judicialmente inadmissíveis na atualidade, sendo vista esta tecnologia como uma ferramenta adicional de auxílio à investigação, quase um último recurso para possibilitar a resolução do processo, face à ausência de outras pistas.

Na atualidade, apenas a Holanda tem legislação aprovada que permite e regulamenta especificamente o recurso a esta tecnologia para efeitos policiais e criminais, mas certamente, na União Europeia irão ser desenvolvidos esforços futuros conducentes a uma aplicação comum pelas forças de segurança, na maior parte dos seus países constituintes.

### BIBLIOGRAFIA

- Augenstein, S. 2016. "DNA Phenotyping Recreates the Face of an Alleged Serial Killer". Site consultado em Janeiro de 2017. <https://www.forensicmag.com/article/2016/08/dna-phenotyping-recreates-face-alleged-serial-killer?cmpid=horizontalcontent>
- Cerqueira, C., et al. 2018. "Predicting Physical Features and Diseases by DNA Analysis: Current Advances and Future Challenges" Site consultado em Janeiro de 2017. <https://www.omicsonline.org/open-access/predicting-physical-features-and-diseases-by-dna-analysis-current-advancesand-future-challenges-2157-7145-1000336.php?aid=79947>
- Engelking, C. 2015. "Just Based on DNA, Scientists Can Construct an Image of Your Face". Site consultado em Janeiro de 2017. <http://blogs.discovermagazine.com/d-brief/2015/02/25/dna-image-face/#.WHKzk5uLS01>
- Jeffreys, A. J., V. Wilson, and S. L. Thein. 1985a. "Hypervariable mini-satellite regions in human DNA". *Jornal científico Nature* n.º 314.
- Jeffreys, A. J., V. Wilson, and S. L. Thein. 1985b. "Individual specific "fingerprints" of human DNA". *Jornal científico Nature* n.º 316.
- Mullis, K., and F. Faloona. 1987. "Specific synthesis of DNA in vitro via a polymerase-catalyzed chain reaction. Method". *Jornal Method Enzymol* n.º 155.
- Nanalyze. 2015. "Parabon Nanolabs and DNA Phenotyping". Site consultado em Janeiro de 2017. <http://www.nanalyze.com/2015/04/parabon-nanolabs-and-dna-phenotyping/>
- Parabon. 2015. "Parabon Announces New Snapshot Forensic Art Service". Site consultado em Janeiro de 2017. <http://www.policemag.com/channel/technology/news/2015/08/19/parabon-announces-new-snapshot-forensic-art-service.aspx>
- Saiki, R. K., et al. 1988. "Primer-directed enzymatic amplification of DNA with a thermostable DNA polymerase". *Revista Science* n.º 239.
- Wyman, A. R., and R. White. 1980. "A highly polymorphic locus in human DNA". *Proceedings da National Academy of Sciences*.

### IMAGENS

(Sites todos consultados em Janeiro de 2017).

Imagem 1 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

Imagem 2 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

Imagem 3 retirada do site <http://gigazine.net/news/20150201-psychiatric-illnesses-common/>

Imagem 4 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

Imagem 5 retirada do site [www.visionity.com](http://www.visionity.com)

Imagem 6 retirada do site [http://www.sciencecodex.com/3d\\_model\\_links\\_facial\\_features\\_and\\_dna-130163](http://www.sciencecodex.com/3d_model_links_facial_features_and_dna-130163)

Imagem 7 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

Imagem 8 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

Imagem 9 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

Imagem 10 retirada do site [www.parabon-nanolabs.com](http://www.parabon-nanolabs.com)

# Ártico - A Geopolítica do Novo Norte

\* Sargento-ajudante  
JOAQUIM SANTOS

## RESUMO

O objetivo deste artigo visa demonstrar a importância que a região ártica tem no contexto geopolítico internacional, considerando os fatores geográficos, a exploração e descoberta de novas reservas de recursos naturais, a presença militar, a navegabilidade e principais atores internacionais. Faz-se alusão aos interesses económicos, políticos e militares internacionais no degelo da calote ártica, associados ao aquecimento global do planeta. Como conclusão, levantam-se algumas questões, se no futuro, a região do Ártico será realmente uma zona de conflito ou de cooperação, pois sempre que se procura a cooperação e maior integração entre os países limítrofes, surgem conflitos geopolíticos.

## INTRODUÇÃO

O tema em reflexão vai ao encontro dos desafios da comunidade internacional na geopolítica no Ártico, nomeadamente nas questões do aquecimento global da Terra, na exploração de mais reservas energéticas em novas rotas de navegabilidade, e na disputa do fundo das águas árticas. A região do Ártico é inhóspita, com um clima bastante agressivo, as chuvas são escassas e a quantidade de luz solar é diminuta. Os invernos são longos e com temperaturas muito baixas, contrastando com verões curtos.

Nos últimos anos, temos assistido a grandes alterações climáticas, nomeadamente ao aquecimento global e, conseqüentemente ao recuo da calote glacial no oceano Ártico. O degelo permite efetuar a prospeção de novas reservas energéti-

cas, de hidrocarbonetos e gás natural, mas também de outros minerais, que até há bem pouco tempo era impossível efetuar, devido à quantidade e espessura de gelo e às limitações tecnológicas.

A datar da Guerra Fria, que a Rússia (ex-URSS) e os Estados Unidos da América (EUA) fazem investidas militares no Ártico. No entanto, a Rússia, desde o início do século XXI, tem mostrado o seu grande poder militar na região, através das bases navais que vem construindo. Paralelamente, os EUA, o Canadá e a Noruega vão marcando presença com as suas forças armadas, enquanto a Dinamarca se fica por uma presença militar quase residual.

O recuo do gelo no Ártico permite a navegabilidade nas rotas marítimas a noroeste, que passa pelos pequenos arquipélagos a norte do Canadá, encurtando assim a navegabilidade feita pelo canal do Panamá, e a nordeste, que passa pelo estreito da Dinamarca e ao largo da costa russa.

Atualmente existem disputas que envolvem as zonas económicas exclusivas e as plataformas continentais, com a Rússia a tomar a dianteira ao reivindicar quase metade do oceano Ártico para si, e os EUA vão ficando um pouco à margem, por não terem ratificado a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

## A GEOGRAFIA

A região do Ártico<sup>1</sup>, com aproximadamente 21 milhões de quilómetros quadrados, inclui o oceano glacial Ártico, o polo norte e as regiões mais setentrionais das massas continentais, sendo demarcada pelo círculo polar Ártico<sup>2</sup>. Existem outros critérios utilizados para circunscrever a região,

\* - Trabalho elaborado no âmbito do curso de Mestrado em Direito e Segurança, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

1 - O nome do Ártico vem da palavra grega arktikos, que significa «perto do urso» ou «norte», e que a palavra deriva de Arktos, que significa «urso»; O nome refere-se à constelação Ursa Maior, o «Grande Urso», que é proeminente na esfera celeste do norte, ou à constelação Ursa Menor, o «Urso Pequeno», que contém Polaris, a Estrela Norte. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xq.html> [Consult. em 10/01/17]

2 - O círculo polar Ártico é a linha imaginária que corresponde ao paralelo da latitude 66° 33' 44" Norte.

## PELA LEI E PELA GREI

como por exemplo, a linha isotérmica da temperatura média do mês de julho inferior a 10°C ou a «linha das árvores árticas», que é a designação dada à linha a norte da qual as condições ecológicas não permitem o crescimento de árvores (Figura 1).

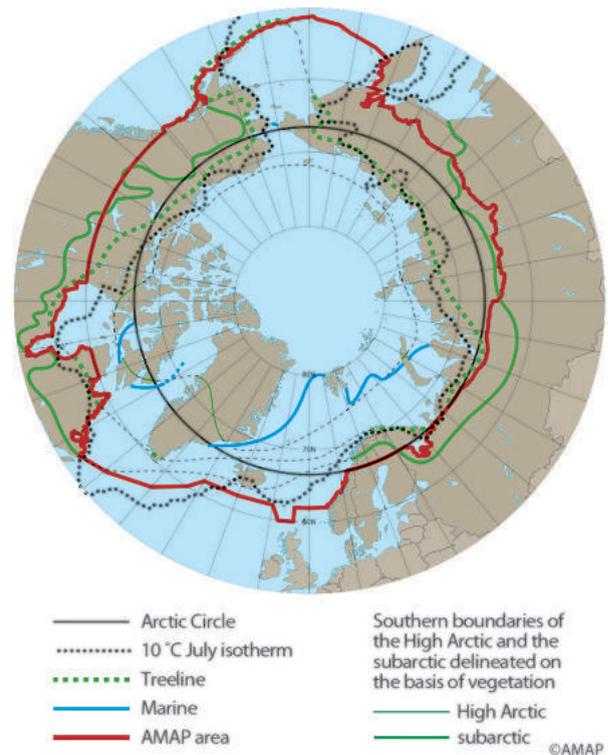
É uma região ainda pouco estudada, considerada periférica, inóspita, com um clima bastante agressivo, pois as chuvas são escassas e a quantidade de luz solar é diminuta, os invernos longos (temperaturas médias entre -28°C e -34°C) e os verões são curtos, pouco navegável e com o centro do oceano Ártico permanentemente gelado.

O principal tipo de vegetação, apenas no verão, é a tundra. A fauna é reduzida em termos de espécies, existindo apenas o urso-polar, a raposa do ártico, a morsa e a rena. A região apresenta uma população total com cerca de quatro milhões de habitantes, incluindo mais de trinta grupos étnicos indígenas (Figura 2).

A atividade económica na região é limitada à exploração de recursos naturais, incluindo petróleo, gás natural, peixes e focas (CIA, 2017).

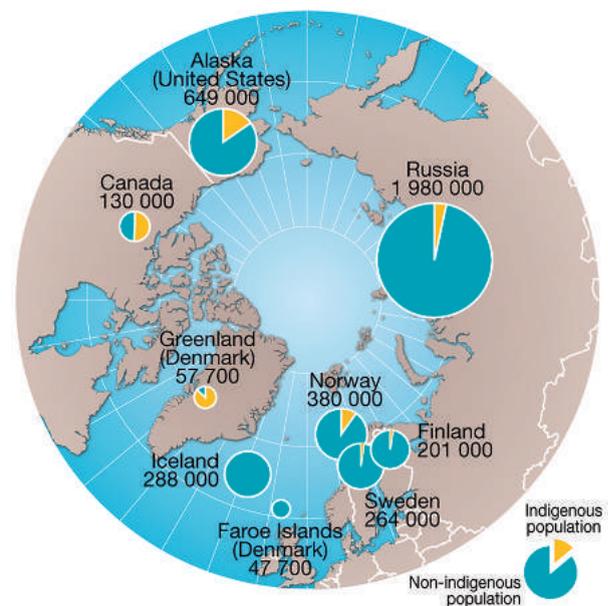
O oceano Ártico, também chamado de «lago ártico», é o menor dos cinco oceanos do planeta, com profundidade máxima de 5 607 m e área de 14 056 milhões de km quadrados (CIA, 2017). Rodeado pelos continentes Europeu, Americano e Asiático, tem uma costa com 45 389 km e faz fronteira com os Estados do Ártico – Estados Unidos da América, Canadá, Islândia, Dinamarca (Gronelândia<sup>3</sup>), Noruega e Rússia - e inclui a baía de Baffin, o mar de Barents, o mar de Beaufort, o mar Chukchi, o mar da Sibéria Oriental, o mar da Gronelândia, o mar de Kara, o mar da Noruega, o mar de Laptev e a baía de Hudson.

O seu acesso sazonal faz-se pela passagem do noroeste (Estados Unidos da América e Canadá) e pela passagem nordeste (Noruega e Rússia) (CIA, 2016). No entanto, nos últimos anos, o recuo do gelo polar permitiu uma maior navegabilidade da



Fonte (AMAP, 1998)

Figura 1 - Limites da região do Ártico

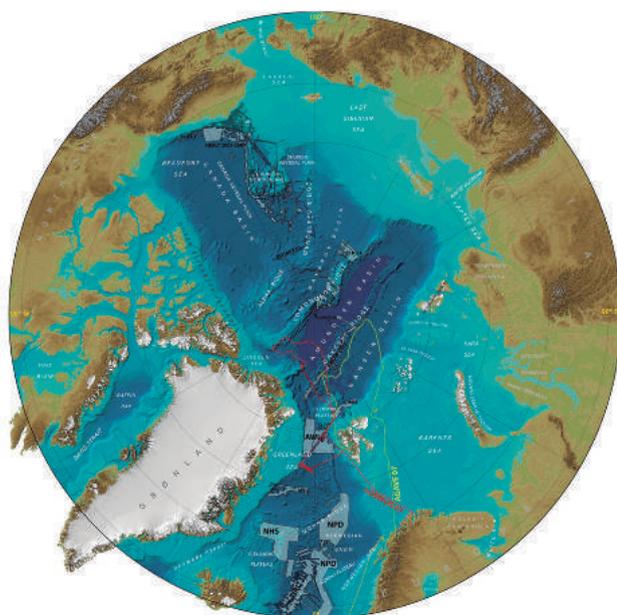


Fonte (GRID - Arendal, 2004)

Figura 2 – Distribuição da população no Ártico circumpolar por país (incluindo população indígena) da região do Ártico

região, o que levantou a possibilidade de novos conflitos na disputa de soberania e navegação naquelas águas.

Grande parte da superfície do Ártico está coberta por uma enorme camada de gelo bastante espessa e de grandes dimensões, a calote polar, que varia ao longo do ano de espessura, e o fundo é atravessado por duas cordilheiras mais a leste, pela Gakkel e pela Lomonosov, que se estende desde o mar de Laptev até à ilha Ellesmere, a norte da Gronelândia (Dossin, 2008). A Cordilheira de Lomonosov com 3 000 m acima da região abissal e 2 000 m de comprimento divide a região nas bacias euro e américo-asiática (figura 3).



Fonte (IBCAO Compilation Team, 2008)

Figura 3 – Batimetria da região do Ártico

### OS RECURSOS NATURAIS DO ÁRTICO

Paralelamente às preocupações relacionadas com as alterações da temperatura global e o consequente degelo, o acesso às reservas de recursos que se estima existirem nesta área boreal tem suscitado tão ou mais interesse/atenção por parte da comunidade internacional.

A região encerra um vasto leque de recursos, os hi-

drocarbonetos e o gás natural, mas também recursos naturais como chumbo, urânio, zinco, prata, ouro, níquel, diamantes e metano.

Na imagem seguinte são evidenciados os diferentes recursos naturais explorados no Ártico, bem como alguns pontos potenciais de existirem recursos minerais e energéticos a explorar no futuro<sup>4</sup>.

Com base na imagem anterior, podemos observar que os principais pontos em desenvolvimento, quanto à exploração de recursos naturais, encontram-se nas áreas de soberania russa, demonstrando o grande investimento feito pelos mesmos nesta região.

De acordo com o USGS (*United States Geological Survey*), departamento de Geologia dos EUA (2012), 13% do petróleo mundial e 30% do gás natural ainda não descobertos estão situados a norte do círculo polar Ártico, sendo que das reservas de gás, 70% estão sob domínio russo.

Destaca-se a Rússia, uma vez que é o país mais recompensado com estas reservas, devido à sua vasta fronteira com o Ártico, que para além da exploração das reservas *onshore*, tem investido na investigação e prospeção das *offshore*.

Se os países do Ártico são os principais atores na região boreal, a China, Japão e Índia também se mostram bastante atraídos pelo Ártico, porquanto lhes proporcionam segurança energética (Leal, 2014).

Como verificamos, a zona setentrional do planeta é rica em recursos minerais e energéticos, beneficiando os países Árticos, variando os respetivos proveitos de acordo com a quantidade de recursos que cada um detém nas zonas de soberania e os custos com a respetiva exploração.

No entanto, a maioria das reservas minerais encontram-se encerradas em águas geladas e por vezes, profundas. Os custos associados à exploração nestas zonas inóspitas são elevados, tendo em conta o desafio económico e tecnológico que se coloca, desviando o foco estratégico dos países do Ártico para outras vertentes e adiando possíveis conflitos territoriais na região.

4 - <http://www.nordregio.se/Templates/NordRegio/Pages/MapPage.aspx?id=726&epslanguage=en> [Consult. em 10/01/17]

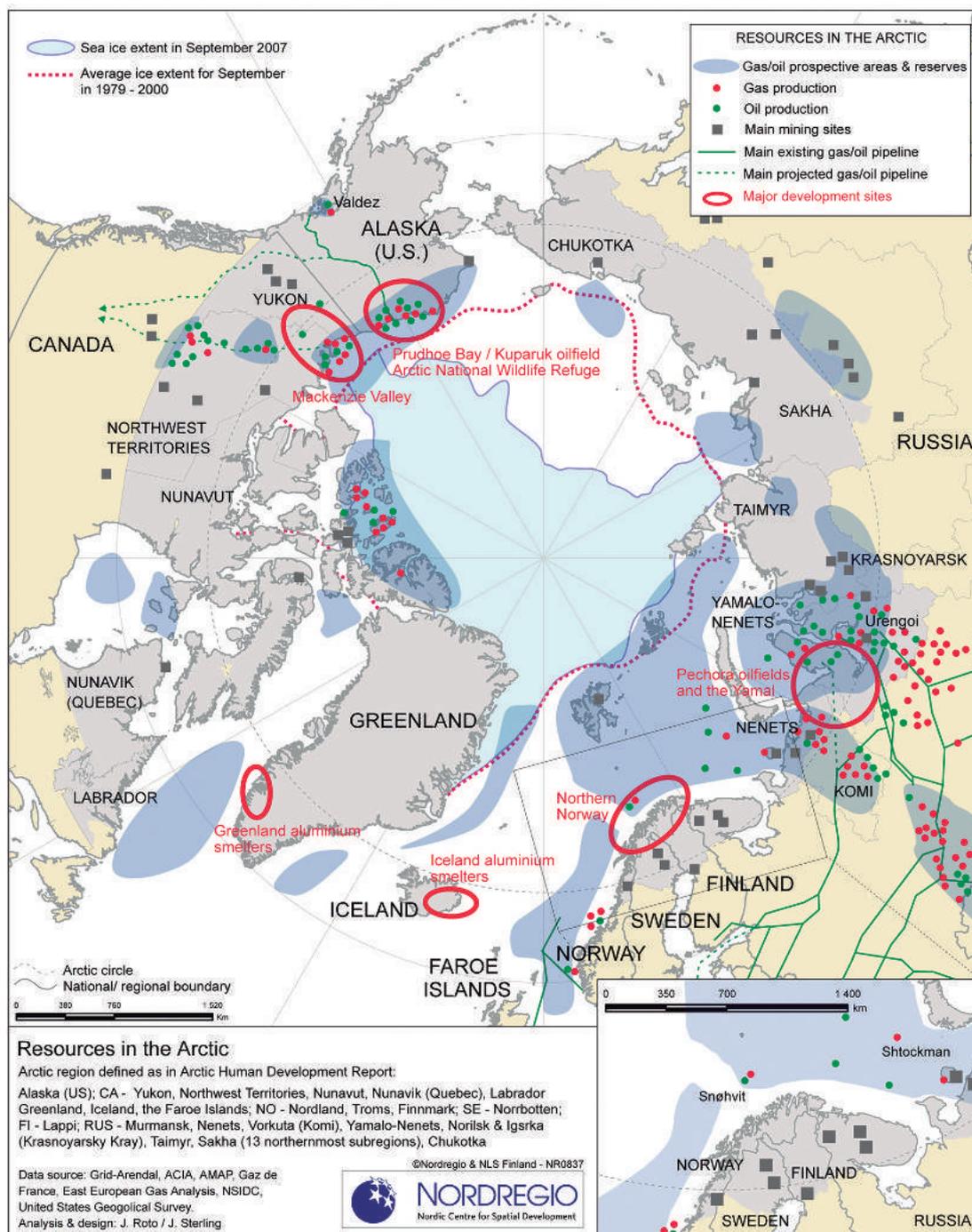


Figura 4 – Recursos no Ártico

Fonte: (Nordregio, 2011)

**A PRESENÇA MILITAR NA REGIÃO**

Segundo Leal (2014), devemos «...ter em mente que a dimensão militar desempenhou sempre um papel-chave no desenvolvimento da região do Ártico» (apud Golts, 2011, p.52).

Mesmo com as dificuldades geográficas, clima-

téricas e atmosféricas na região do Ártico, o interesse geopolítico nunca se deixou de fazer sentir. Foi depois da II Guerra Mundial que esse interesse se materializou de uma forma mais permanente e visível. A invenção do navio quebra-gelo, o desenvolvimento da aeronáutica e o desenvolvimento dos

submarinos nucleares permitiram olhar para o Ártico de uma forma mais corajosa. A exemplo disso, a URSS, durante a Guerra Fria, construiu a maior base naval de toda a Europa em Murmansk, para poder, a partir dela, aceder aos mares navegáveis durante todo o ano. Ainda durante a Guerra Fria, a calote glacial serviu para esconder<sup>5</sup> os submarinos nucleares das duas superpotências mundiais.

Apesar da inexistência de conflitos na zona do Ártico, os países circundantes têm aumentado substancialmente o investimento nas forças armadas, tanto no desenvolvimento como no rearmamento de tropas para patrulhar e exercer as

suas soberanias na região (Junior, Rosa e Simões, 2015). Já em 2007, um navio quebra-gelo acompanhado de dois submarinos efetuaram uma missão científica, na qual foi colocada uma bandeira russa no fundo do oceano do polo norte, transmitindo a intenção de ocupar a região.

A Rússia olhou para o Ártico como uma nova oportunidade de recuperar o espaço que perdeu como ator internacional, no pós-Guerra Fria, e no desmembramento da ex-URSS. Instalou a sua maior frota naval – a Frota do Norte – na Península de Kola, para assim encontrar sob a calote polar, o esconderijo ideal para os seus submarinos nucleares, e por o mar de Barents possibilitar a



5 - O barulho do gelo e as temperaturas muito baixas dificultam a deteção acústica.

navegação à superfície praticamente todo o ano (Leal, 2014). Segundo Peakoil (2015)<sup>6</sup>, em 2015, equipou seis novas bases militares no Ártico - Nagurskoye, Rogachevo, Sredny Ostrov, Temp, Mys Shmidta e Zyvozdny -, localizadas na costa norte e nas ilhas periféricas. Ainda durante o ano de 2016, destacou centenas de militares para as novas bases, marcando a sua posição.

A figura seguinte retrata bem o poder militar da Rússia no Ártico.

Os EUA são, sem dúvida, a força mais poderosa do planeta e têm acesso ao Ártico através da compra do Alasca aos Russos, no século XIX.

O documento *Arctic Region Policy* (ESTADOS UNIDOS, 2009) destaca que os EUA são uma nação ártica com conveniências na região, catalogando-se em política, segurança nacional e interesses no Ártico, governança internacional, extensão da plataforma continental e assuntos fronteiriços, promoção da cooperação científica internacional, geopolítica do Ártico (Junior, Rosa e Simões, 2015). No entanto, dos cinco países árticos, os norte-americanos são os que menos interesse direto têm demonstrado na região, sendo mesmo o único Estado Ártico que não assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)<sup>7</sup>, perdendo poder de debate sobre as questões marítimas. A Guarda Costeira tinha até há bem pouco tempo, apenas três navios quebra-gelo, denotando o fraco investimento nesta área.

Em 2012, o então chefe da defesa do Canadá, general Walter Natynczyk, reconheceu que apoiar missões no extremo norte era mais difícil do que em zonas de guerra como o Afeganistão<sup>8</sup>.

O Canadá está ciente da sua fraca presença na região e um aumento do tráfego marítimo na rota do noroeste poderá colocar a zona em insegurança, pelo que o governo canadense já anunciou a construção de um porto nas águas

profundas em Nanisivik e o aumento dos quadros dos *Rangers*.

Em 2014, segundo Leal (2014), as Forças Armadas do Canadá contavam com 65 700 militares e civis no ativo, mas até 2028 deverão aumentar para 70 000.

A Dinamarca delegou a defesa da Gronelândia nos EUA, em 1951, no entanto, a presença militar norte-americana resume-se à presença de 10 000 militares na base militar de Thule. Ainda segundo Leal (2014), as Forças Armadas da Dinamarca apenas dispõem de 18 628 militares e civis no ativo. A Noruega está ciente da importância que as suas Forças Armadas têm na defesa das suas instalações petrolíferas e de gás natural, bem como na defesa da soberania das suas águas, definindo o Ártico *High North* é a área de investimento estratégico.

Leal (2014) diz-nos que as suas Forças Armadas contam com 24 500 militares no ativo, com equipamentos e sistemas adequados a operações no Ártico.

### A NAVEGABILIDADE

As evidentes alterações climáticas e o consequente aumento do aquecimento global têm levado a grandes alterações na região do Ártico, com mais incidência neste século. O Ártico está mais quente e húmido, o degelo da calote polar tem aumentado e os níveis da água do mar, também tem subido. Existem inúmeros estudos inconclusivos sobre a velocidade a que o gelo e a neve derretem, mas todos apontam para a confirmação do fenómeno. O gelo no oceano Ártico é dinâmico, expandindo-se no inverno e recuando no verão, chegando a ser três vezes maior no inverno em relação ao verão. Segundo os registos (AMAP, 2012), a extensão do gelo que permanece no oceano no final do verão (em setembro), vem diminuindo nos últimos anos. A

6 - <http://peakoil.com/forums/viewtopic.php?f=9&t=72097>[Consult. em 12/01/17]

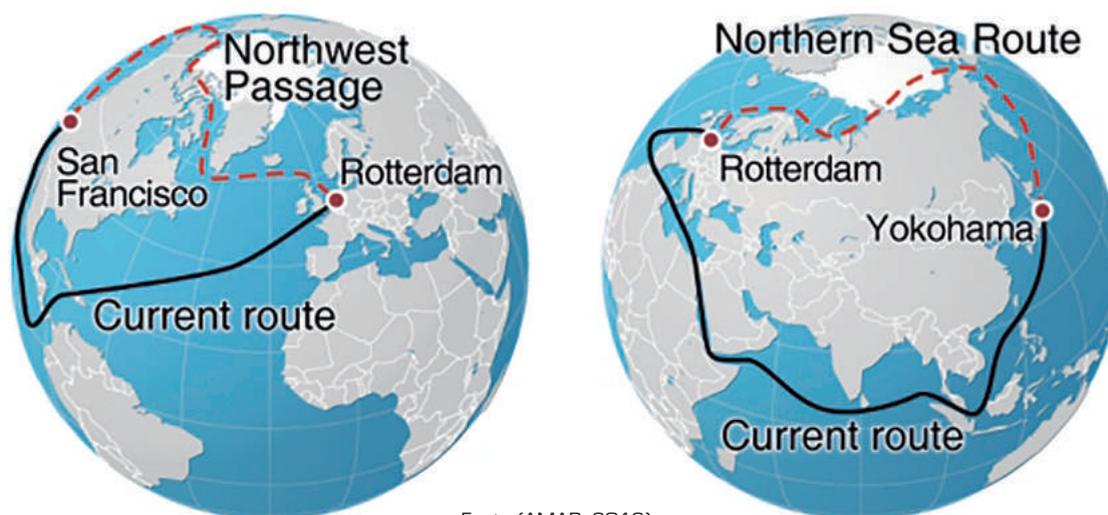
7 - Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro, aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção.

8 - <http://www.defensenews.com/story/defense/international/2016/05/23/canadian-military-looks-expand-arctic-footprint/84643736/> [Consult. em 10/01/17]

extensão da camada de gelo no inverno também tem diminuído, mas de uma forma mais lenta. O degelo pode beneficiar a atividade económica global, uma vez que tem permitido o aumento da navegabilidade nas rotas marítimas árticas de navios de maior porte, por períodos de tempo mais alargados durante o verão, e aumentado as oportunidades de transporte comercial transpolar, devido às ligações mais curtas, rápidas e económicas entre a Ásia, a América e a Europa. Porém, os navios que utilizam estas rotas marítimas continuam a enfrentar perigos consideráveis, tais como condições climatéricas bastante adversas, o gelo no mar e os icebergues. O acesso ao Ártico através da superfície marítima faz-se por um número restrito de ligações pelos oceanos Pacífico (estreito de Bering) e Atlântico (mar da Noruega, estreito da Dinamarca e estreito de Davis) (Ferrão,

2014). Pereira (2014) diz-nos que o degelo levará à exploração de novas rotas marítimas: a *Northwest Passage* ao longo da costa do Canadá e a *Northeast Passage* na costa russa. A primeira criará uma rota alternativa entre o Atlântico e o Pacífico, sem a necessidade de atravessar o canal do Panamá, e a segunda criará uma ligação entre a Europa e a China, que diminuirá a passagem tradicional pelo canal do Suez 40% (apud UK Parliamentary Office of Science and Technology, 2009) (Figura 6 e Tabela 1).

Estas novas rotas possibilitarão a poupança de tempo e combustível para quem as utilizar, reduzindo o consumo de energia e de emissões globais de gases com efeito de estufa para a atmosfera, promovendo o comércio e desenvolvendo a região na exploração mineira e de hidrocarbonetos. O crescimento destas indústrias na área



Fonte (AMAP, 2012)

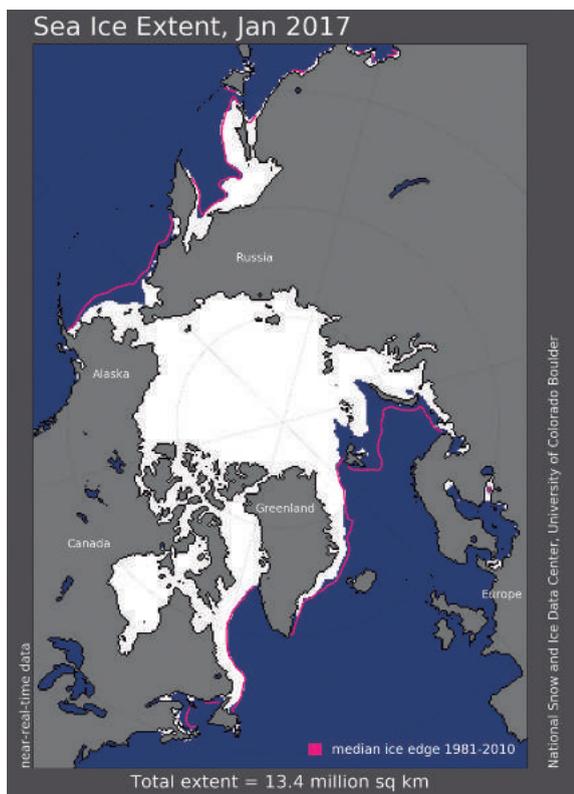
Figura 6 – As rotas marítimas do noroeste e nordeste comparadas com as rotas do Suez e do Panamá.

Rota	Londres – Yokohama	Nova Iorque – Yokohama	Hamburgo – Vancouver
Panamá	23.000	18.560	17.310
Suez e Malaca	21.200	25.120	29.880
Cabo	32.289	32.639	27.200
Passagem do noroeste	15.930	15.220	14.970
Passagem do nordeste	14.062	18.190	13.770

Tabela 1 – Distâncias entre portos (Km) em função da rota

Fonte (Laserre, 2004)

vai aumentar e conseqüentemente a necessidade de transporte de matérias-primas e mercadorias, e, com estas novas rotas, o transporte poderá ser realizado mais rapidamente e a mais baixos custos. Contudo, as emissões locais aumentarão (AMAP, 2012). O desenvolvimento da navegação transpolar deverá ser lento, devido aos inúmeros custos associados à mesma, todavia, será impulsionado e condicionado por fatores económicos, tal como a procura de recursos naturais existentes na região do Ártico. O índice mensal do gelo do mar no Ártico fornece-nos um olhar rápido nas variações e linhas de tendência expeáveis para um futuro próximo (NSIDC, 2016). As observações referentes a dezembro de 2016 demonstram efetivamente uma extensão de gelo no Ártico abaixo da média<sup>9</sup>, representada na imagem da esquerda pela linha de cor rosa, e a efetiva tendência decrescente das suas concentrações, relativamente às observações de anos anteriores, referentes ao mesmo mês



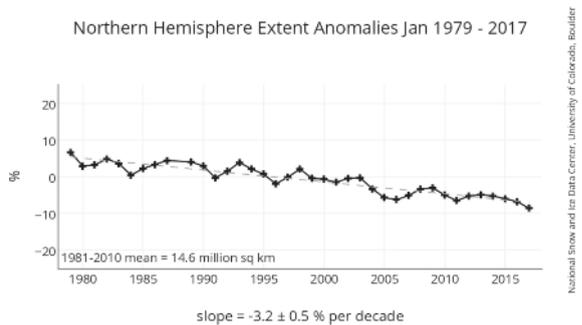
(NSIDC, 2016) (Figura 7).

Podemos concluir que, nas próximas décadas, os corredores de navegação das rotas nordeste e noroeste no Ártico vão poder ser navegáveis por períodos de tempo maiores. Como ambas as rotas se situam quase na sua totalidade, em águas da soberania do Canadá e da Rússia, tudo indica que terão um papel soberano no domínio e controlo da navegação, em relação aos outros países do Ártico.

### OS ATORES E O TERRITÓRIO

Enquanto as fronteiras terrestres dos Estados Árticos (EA) se encontram definidas e estáveis desde 1930, já o mesmo não acontece com as fronteiras marítimas. Os países do Ártico, ao tomarem consciência da riqueza que potencialmente podem obter nas suas fronteiras boreais, rapidamente começaram a tentar legitimar as suas reivindicações na região.

A ausência de uma doutrina normativa clara, baseando-se em princípios de direito internacional consuetudinário, levou à aprovação das Convenções de Genebra sobre Direito do Mar (CGDM) em 1958, e mais tarde, em 1982, a da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), onde foram definidos um conjunto de regras a aplicar às diferentes zonas marítimas<sup>10</sup>, inclusive ao Ártico.



Fonte: (NSIDC, 2017)

Figura 7 – A Extensão de Gelo no Ártico – Janeiro de 2017

9- No mês de dezembro de 2016 a medição é de 12, 1 milhões de quilómetros quadrados abaixo da média de longo prazo dos anos 1981-2010 que é de 13, 1 milhões de quilómetros quadrados

10- Com efeito, a CGDM, de 1958, já havia definido diferentes zonas marítimas, que ficavam sujeitas a normas jurídicas específicas, nomeadamente as «águas interiores», o «mar territorial», a «zona contígua», a «plataforma continental» e o «alto mar». A UNCLOS definiu a «zona económica exclusiva» e a «área».



Fonte: (NSIDC, 2015)

Figura 8 – As ZEE e as possíveis PC dos EA

Após um conjunto de acordos significativos, os cinco EA assinaram a Declaração de Ilulissat<sup>11</sup>, que espelha a intenção dos Estados em resolver os conflitos por via diplomática. Contudo, reconhecem à CNUDM o enquadramento legal a aplicar ao Ártico, não havendo justificação para diploma.

De acordo com o Direito Internacional, os EA podem proclamar a Zona Económica Exclusiva (ZEE)<sup>12</sup> até às 200 milhas náuticas e as Plataformas Continentais (PC)<sup>13</sup> até às 350 milhas náuticas. Apenas os EUA ainda não ratificaram a CNUDM.

Atualmente, existem algumas tensões diplomáticas na discussão dos limites das ZEE, tais como entre a Noruega e Dinamarca, no mar da Gronelândia,

entre o Canadá e a Dinamarca referente à ilha de Hans e o mar de Lincoln, e ainda com os EUA no mar de Beaufort.

A sobreposição de áreas reivindicadas é uma realidade que acontece em todo o globo, mas no Ártico tem especial relevância na cordilheira de Lomonosov e zona envolvente, pois Rússia, Canadá e Dinamarca reclamam esta vasta área que se alonga até ao pólo Norte (Leal, 2014).

À luz da CNUDM, os EA poderão apresentar propostas para a extensão da sua PC. Apenas a Rússia<sup>14</sup> e a Noruega<sup>15</sup> o fizeram até agora.

A imagem que se segue espelha as ZEE e as possíveis PC dos EA.

11 - A declaração de Ilulissat de maio de 2008, resulta do acórdão entre os cinco estados do Ártico e veio demarcar objetivamente a visão destes face à necessidade de um novo regime jurídico internacional para o Ártico.

12 - De acordo com a CNUDM, os Estados costeiros têm o direito a reclamar uma zona. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) é espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual tem soberania e por norma, é delimitada por uma linha situada a 200 milhas náuticas, medidas a partir da linha de base.

13 - Artigo n.º 76.º da CNUDM.

14 - Foi o primeiro EA a fazê-lo em 2001.

15 - Fê-lo em 2006.

## CONCLUSÃO

O Ártico é uma espécie de oceano fechado, disputado por cinco países – EUA, Canadá, Dinamarca, Noruega e Rússia - com presença naquele oceano. Fruto do aquecimento global da Terra, o derretimento do gelo na região é uma realidade. Existem diversos estudos com diferentes resultados sobre a velocidade como o gelo tem vindo a derreter, bem como as previsões sobre as datas do degelo da calote ártica, contudo, todos são unânimes e indicam que a densidade do gelo está a reduzir mais rapidamente, quando comparada com as últimas décadas.

O degelo é prejudicial à fauna, flora e ecossistemas ali existentes, contudo, este fenómeno permite por um lado, investigar e analisar os fundos marinhos setentrionais e a descoberta de reservas naturais (hidrocarbonetos e gás natural) e por outro, a navegabilidade nas rotas marítimas por períodos de tempo mais alongados.

No entanto, a exploração das reservas naturais faz-se muito lentamente, devido aos custos da tecnologia de ponta necessária e os estudos de investigação precisos.

No que toca à navegabilidade pelas rotas marítimas no Ártico, verifica-se que a rota marítima do noroeste tem duas grandes adversidades: os estudos indicam que o gelo irá persistir mais tempo do que na rota do nordeste e atravessa estreitos, na sua maioria com pouca profundidade e largura, associados ao seu histórico de bloqueio pelo gelo de vários anos, de que

o estreito de Mclure entre as ilhas Melville e Banks é exemplo; quanto à rota marítima do nordeste, verificam-se dois pontos menos positivos: a sua dificuldade em chegar ao mar de Laptev, por ter de atravessar os estreitos de Dimitrii Laptev ou Sannikov e a questão de a Rússia afirmar que a extensão da rota marítima está no seu espaço soberano, logo, os estreitos não são considerados internacionais.

A tensão quanto à extensão das PC vai manter-se e talvez acentuar com o degelo. Como constatamos, a Rússia reclama quase metade do Ártico na proposta da extensão da sua PC. E na sequência da contestação dos outros EA, os Russos redobram os esforços na recolha de evidências científicas e mapeamento dos fundos do Ártico, tendo reafirmado a vontade de prosseguir com as suas intenções, tal como fez ao colocar uma bandeira russa por baixo do polo norte. Outros atores internacionais querem participar nas reuniões sobre o Ártico, nomeadamente a União Europeia.

Por fim, é notório o desenvolvimento unilateral das capacidades militares das principais potências envolvidas neste jogo de interesses. É manifesto o aumento de protagonismo bélico por parte da Rússia, da OTAN e da China neste cenário.

«O Ártico é uma região caracterizada por uma estreita cooperação e ausência de conflitos, uma área de paz e estabilidade. A nossa principal responsabilidade é manter esta situação favorável no interesse de toda a humanidade.» (Støre, 2009)

## BIBLIOGRAFIA

- AMAP, 2012, Assuntos Climáticos do Ártico 2011: Mudanças na Neve Ártica, Água, Gelo e Permafrost. Relatório de Visão Geral da SWIPA 2011. Programa de Monitorização e Avaliação do Ártico (AMAP), Oslo. Xi + 97pp, disponível em <http://www.amap.no/documents/doc/average-sea-ice-extent-in-march-end-of-winter-september-end-of-summer-and-annually-for-1979-2010/987> [Consultado em 08/01/17]
- AMAP, 2012, Assuntos Climáticos do Ártico 2011: Mudanças na Neve Ártica, Água, Gelo e Permafrost. Relatório de Visão Geral da SWIPA 2011. Programa de Monitorização e Avaliação do Ártico (AMAP), Oslo. Xi + 97pp
- Council, Tromsø, 29 Abril. <http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/whatsnew/> [Consultado em 02/01/17].
- DOSSIN, Jehan - Analyse de l' evolution des enjeux de l' arctique Avant-propos. 2008).
- FERRÃO, Eduardo Manuel Braga Da Cruz Mendes - A abertura da Rota do Ártico (northern passage). INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES. 2014).
- JUNIOR, Enol De Souza; ROSA, Kátia Kellem Da; SIMÕES, Jefferson Cardia - Geopolítica do Ártico: Mudanças Nas Políticas para o Norte / geopolitics of arctic: policy changes to the north. *Geographia Meridionalis*. ISSN 2446-9165. 1:2 (2015) 248-267.
- NSIDC. (2016, Dezembro). Sea Ice Index. Retrieved Dezembro, 2016, from National Snow and Ice Data Center: [http://nsidc.org/data/seaice\\_index/](http://nsidc.org/data/seaice_index/) [Consultado 8 jan. 2017].
- ONU. 1997. Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar. Lisboa: Diário da República Iª, n.º 238, 1.º suplemento de 14 de outubro de 1997.
- PEREIRA, Rúben Manuel De Castro - A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia [Em linha]. [S.l.] : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2014 Disponível em [http://www.repository.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/8021/1/Dissertação de Mestrado em Estratégia - Rúben Pereira.pdf](http://www.repository.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/8021/1/Dissertação%20de%20Mestrado%20em%20Estrat%C3%A9gia%20de%20Seguran%C3%A7a%20Energ%C3%A9tica%20da%20Un%C3%A0o%20Europeia.pdf) [Consultado 8 jan. 2017].
- Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção.
- Stefansson Arctic Institute, 2004. Arctic Human Development Report.
- Støre, Jonas Gahr, 2009. Opening Speech at the 6th Ministerial Meeting of the Arctic.
- USGS. (2012). Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. <http://cvc.institutocamoes.pt/ciencia/e17.html/> [Consultado em 02/01/17]
- <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm/> [Consultado em 02/01/17]
- <http://www.arcticnet.ulaval.ca/> [Consultado em 02/01/17]
- <http://www.amap.no/documents/doc/definitions-of-the-arctic-region/248> (Mapa dos Limites da região do Ártico) [Consultado em 02/01/17]
- <http://www.amap.no/documents/search> [Consultado em 02/01/17]
- <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/xq.html> / [Consultado em 02/01/17]
- <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gl.html#People> [Consultado em 02/01/17]
- <http://www.guiageografico.com/artico/batimetria.htm> (Mapa da batimetria do Ártico) [Consultado em 02/01/17]
- <http://data.un.org/Data.aspx?d=POP&f=tableCode%3A240> [Consultado em 02/01/17]
- <http://www.arctic.noaa.gov/Oceans> [Consultado em 02/01/17]
- <http://maps.grida.no/arctic/> [Consultado em 02/01/17]
- <http://www.guiageografico.com/artico/esquimos.htm> [Consultado em 04/01/17]
- <http://www.nordregio.se/Templates/NordRegio/Pages/MapPage.aspx?id=726&epslanguage=en> [Consultado em 09/01/17]
- <http://www.defensenews.com/story/defense/international/2016/05/23/canadian-military-looks-expand-arctic-footprint/84643736/> [Consultado em 02/01/17]
- <https://eco4u.wordpress.com/tag/degelo/page/2/> [Consultado em 02/01/17]



# Padroeira da Guarda Nacional Republicana

## Razões da sua proclamação

Coronel capelão  
AGOSTINHO FREITAS

Um convite datado a 8 de setembro de 1982 do Vicariato Castrense de Portugal à Guarda Nacional Republicana e ao seu general comandante-geral para participarem na primeira Peregrinação Militar Nacional a Fátima, levará o Comando da Guarda a equacionar a criação, nesta Força de Segurança, do Serviço de Assistência Religiosa, assumindo este, pouco depois, suporte jurídico na nova Lei Orgânica da Guarda, Dec. Lei 333/83 de 14 de julho, que, na altura, estava a ser elaborada.

Na sequência de insistentes pedidos do Comando da Guarda de nomeação de capelães, o Vicariato Castrense, em julho de 1983, informou o Comando desta Força de Segurança que o patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, na sua qualidade de ordinário castrense de Portugal, designara o Tcor. capelão Manuel Baptista Gonçalves Pedro, do quadro da Força Aérea, para exercer o Múnus pastoral na

Guarda, o que leva ao seguinte despacho do então comandante-geral, general Alípio Tomé Pinto: «Manifesto o nosso agrado pela decisão. Informo que no novo Decreto Orgânico já foi criado o Serviço e que o Sr. TCor. Capelão Pedro terá que partir do ponto zero, o que por vezes não é mau começo... terá o apoio do Comando...» Seguidamente são associados ao Tcor. capelão Gonçalves Pedro, os majores capelães Eduardo José Gomes de Almeida, e Pinho Nunes. Estes são os primeiros capelães a integrar a então Chefia do Serviço de Assistência Religiosa da Guarda Nacional Republicana, a qual desejou que o Serviço de Assistência Religiosa da Guarda, que poderíamos dizer, nasceu no «regaço» de Nossa Senhora, aqui continuasse e, mais que isso, que nele permanecesse toda a Guarda Nacional Republicana, ao elaborar, em 12 de fevereiro de 1986, a seguinte proposta ao seu Comando:

## PELA LEI E PELA GREI

«Considerando que:

1 – Desde os alvares da nacionalidade, Nossa Senhora tem um lugar especial no coração do povo lusitano e na História de Portugal, dado que se inicia a independência (Sec. XIII) sob a protecção de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães,

- ameaçada a integridade nacional, nos finais do Sec. XIV, Nossa Senhora, a cujo valioso auxílio recorre o Beato Nuno de Santa Maria, dá retumbante êxito, em Aljubarrota, às hostes portuguesas e vê erguerem-se, em acção de graças, tanto a maravilha em pedra que é o Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória, na Batalha, quanto o Convento do Carmo, na capital do Reino,

- na expansão do Império e da Fé, sempre os navegantes e missionários põem Nossa Senhora de Belém a velar pelas suas proezas,

- desde os meados do Sec. XVII, a Mãe de Jesus e nossa Mãe é, em Vila Viçosa, proclamada Rainha e Padroeira de Portugal, com título de Nossa Senhora da Conceição,

- no primeiro quartel deste século (1917), a Virgem Santíssima faz sala de visitas para o mundo, na terra sagrada de Fátima;

2 – O Corpo Militar designado Guarda Nacional Republicana tem por missão velar, em todo o território nacional, pela segurança das pessoas e bens;

3 – Para o bom desempenho do seu múnus necessita, junto do “Senhor dos Exércitos”, de valioso intercessor;

4 – A Guarda Nacional Republicana comemora, em Maio próximo, as suas Bodas de Diamante;

5 – Estão várias das suas Unidades aquarteladas em antigos Conventos erigidos em honra de Nossa Senhora do Carmo;

6 – Cada Ramo das Forças Armadas de Portugal, bem como outras Forças de Segurança, já têm o seu defensor celeste,  
Propõe-se:  
Seja a Guarda Nacional Republicana colocada sob o valiosíssimo patrocínio de Nossa Senhora, com o título de Nossa Senhora do Carmo».

Entretanto, já tinha sido pedido ao patriarca de Lisboa

que fizesse a proposta à Santa Sé de proclamação de Nossa Senhora do Carmo como padroeira, o que vem a acontecer com o Breve Pontifício do papa João Paulo II, datado de 26 de fevereiro de 1986, «Beatam Mariam Virginem». A este propósito convém recordar, de passagem, que um documento pontifício do papa Paulo VI, datado de 25 de março de 1964, o primeiro ano do pontificado deste papa, tinha confirmado, como padroeiro da Guarda Fiscal, S. Mateus: «Aquele que tendo a mesma profissão seguiu Jesus», refere o documento.

A solene cerimónia de proclamação de Nossa Senhora do Carmo como Padroeira da Guarda realizou-se em 4 de maio de 1986, na Igreja de Santa Maria de Belém, Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, no decurso de uma Celebração da Palavra presidida pelo cardeal patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, que disse: «Em nome da Igreja, quero saudar-vos, homens valorosos da GNR, saudando também a instituição a que pertenceis. Convosco dou graças a Deus, nesta hora festiva, pedindo a Nossa Senhora do Carmo que vos abençoe, proteja de todos os males e vos defenda de todos os perigos».

O comandante-geral, general Alípio Tomé Pinto, disse:

«Ajudai-nos, SENHORA, a estar sempre prontos na defesa desta Pátria que é nossa e Vossa terra; A cumprir com honestidade, dedicação e espírito de sacrifício, as nossas obrigações; A enfrentar, com coragem, os riscos decorrentes da nossa Missão; A respeitar a vida humana; A ser prudente; A acudir, com presteza, a todos os que carecem do nosso auxílio; A ser fiéis aos nossos deveres e serenos nos perigos».

Seguiu-se a Celebração da Eucaristia presidida pelo capelão-mor das Forças Armadas e, de seguida, o cortejo motorizado para o Largo do Carmo.

Ao chegar ao Largo do Carmo, o andor da Imagem da Padroeira foi conduzido aos ombros ao Comando-Geral, sendo tocada, pela Fanfarra de Infantaria, a Marcha de Continência em frente do quartel. Depois, à entrada foi tocado o toque de



CONGREGATIO PRO CULTU DIVINO

Prot. n. 321/86

L U S I T A N I A E

Beatam Mariam Virginem sub titulo "Nossa Senhora do Carmo" milites a publica tutela, qui "Guarda Nacional Republicana" in Lusitania nuncupantur, peculiari necnon assiduo cultu prosequuntur.

Inde Eminentissimus Dominus Antonius Card. Ribeiro, Patriarcha Lisbonensis atque Vicarius Castrensis Lusitanus, communia vota excipiens, electionem Beatae Mariae Virginis sub eodem titulo veneratae in Patronam apud Deum militum a publica tutela, qui "Guarda Nacional Republicana" cuncupantur, rite approbavit. Idem vero, litteris die 14 februarii 1986 datis, enixe rogat ut electio et approbatio huiusmodi, ad normam "Instructionis de Calendariis particularibus atque Officiorum et Missarum Propriis recognoscendis", n. 30, confirmentur.

Congregatio porro pro Cultu Divino, vigore facultatum sibi a Summo Pontifice IOANNE PAULO II tributarum, attentis expositis, cum electionem et approbationem ad iuris praescriptum peractas esse constet, precibus annuit atque BEATAM MARIAM VIRGINEM SUB TITULO "NOSSA SENHORA DO CARMO" IN PATRONAM APUD DEUM militum a publica tutela qui "Guarda Nacional Republicana" nuncupantur, confirmat, cum omnibus iuribus et privilegiis liturgicis iuxta rubricas consequentibus.

Contrariis quibuslibet minime obstantibus.

Ex aedibus Congregationis pro Cultu Divino, die 26 februarii 1986.

*P. A. Card. Mayer*

( Paulus Augustinus Card. Mayer, o.s.b. )  
Praefectus

+ *Vergilius Noè*  
( + Vergilius Noè )  
Archiep. tit. Vancariensis  
a Secretis

## PELA LEI E PELA GREI

silêncio pelo Terno de Clarins. O «Serviço de Guarda à Porta de Armas» foi feito em Grande Uniforme, com sentinelas dobradas e com a Guarda reforçada e formada. Na Parada de Cavalaria, o chefe de Estado-Maior da Guarda, brigadeiro António Francisco Martins Marquilhas, na sua qualidade de comandante da Unidade Comando-Geral, disse:

*«Senhora do Carmo e Nossa Padroeira!*

*De novo, estais na Vossa casa!*

*Foi um militar que, cumprindo uma promessa, a construiu para Vós.*

*Ventos contrários escorraçaram-Vos!*

*E, de novo, são militares que, com júbilo incontido, Vos recebem.*

*Durante séculos, Senhora, ouvistes os passos leves dos frades carmelitas, vistes os seus hábitos castanhos. Aqui, diariamente, soavam os sinos, convidando à oração...*

*Daqui em diante, será o som de clarins a alertar para o dever a cumprir; serão passos pesados e apressados de militares o que ouvireis. Serão fardas o que vereis.*

*Mas, Senhora, há uma coisa em que queremos irmanar-nos com os que aqui estiveram, a partir da quarta década de quinhentos: - No respeito e carinho para conVosco.*

*Um respeito sinónimo de amor; um carinho de filhos pela sua Mãe.*

*É humilde o lugar em que fica a Vossa imagem.*

*Esperamos que seja por pouco tempo.*

*Mas, desde já, tendes um lugar cativo nos nossos corações».*

Esta cerimónia de proclamação mereceu amplo destaque na comunicação social da época. O próprio «L'Osservatore Romano», órgão informativo oficial da Santa Sé, trouxe, sobre ela, uma longa reportagem na sua edição de 22 de junho de 1986.

Após a proclamação, a Padroeira começa a ser celebrada na Guarda Nacional Republicana, sendo o seu dia litúrgico o dia 16 de julho, e sucedem-se inúmeros pedidos de colocação de imagens nas suas Unidades, Subunidades e Serviços. Todos os

contingentes da Guarda destacados em territórios internacionais, a seu pedido, também foram acompanhados de uma imagem da Padroeira.

Pela sua importância histórica, se salientam, neste período de quase 30 anos, os seguintes momentos:

- Mensagem do papa Bento XVI por ocasião do centenário da Guarda e 25.<sup>o</sup> aniversário da proclamação da sua Padroeira. Oportunidade para o papa afirmar o seu «vivo e grato apreço pelo serviço que (os Militares da Guarda) diariamente prestam à Nação e com votos de que as referidas efemérides possam reforçar a sua vocação de “servidores da segurança e da liberdade dos povos”» e encorajar quantos constituem a Guarda e respetivos familiares «a viverem e crescerem sob a protecção da Bem-aventurada Virgem Maria».

- O papa Francisco abençoou uma imagem da Padroeira da Guarda. Foi no dia 6 de junho de 2014, pelas 12H00, na Praça de S. Pedro, em Roma. A oportunidade surgiu no âmbito das comemorações dos 200 anos da Força Italiana *Arma Dei Carabinieri*, mais concretamente no final de uma cerimónia em que os convidados tiveram a oportunidade de cumprimentar o papa. Entre eles encontrava-se o comandante-geral da Guarda, tenente-general Manuel Mateus Costa da Silva Couto, acompanhado pelo seu ajudante de campo, capitão de Cavalaria Eduardo Mendes, que transportara, de Portugal, a imagem, com esta intenção. O pedido foi dirigido pelo comandante-geral ao papa que, com gosto, acedeu à solicitação e aproveitou para «valorizar o trabalho da GNR» e «desejar boa sorte a todos os militares que prestam serviço na instituição».

Os Militares e Civis da Guarda Nacional Republicana são gente exposta inúmeras vezes a arbitrariedades de diversa ordem no exercício da sua missão, dentro das fronteiras portuguesas e além delas, de «respeitar e defender a dignidade humana», os «direitos fundamentais de toda a pessoa», garantindo «o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias de todo o cidadão». Se o Monte Carmelo, Carmo, referido da Sagrada Escritura, é, na tradição bíblica, símbolo de beleza e fertilidade, constitui referência significativa

de uma Instituição que há mais de um século, com a designação de Guarda Nacional Republicana, dedicadamente serve. Como zeladores pelo cumprimento da Lei a bem da Grei, os militares e civis da Guarda têm cultivado e promovido «os Valores do Humanismo, da Justiça, Integridade, Honra, Dignidade, Imparcialidade, Isenção, Probidade e Solidariedade». Esta é a imagem do seu dever. É seu direito que sejam assim, com todos os direitos que decorrem daqui e que lhes deverão ser reconhecidos. Naquela que a imagem da Padroeira significa, a Guarda Nacional Republicana tem reafirmada esta imagem e acrescida responsabilidade de ser renovadamente determinada, próxima, humana, generosa, depositária de valores e inspiradora de confiança... De facto, como Aquela Mulher, Mãe, Padroeira. A Guarda acolhe a sua Padroeira pelos motivos que historicamente

levaram à sua proclamação, pela sua desejada presença nestes últimos quase 30 anos da sua história e implantação transversal nas suas Unidades e pelos valores que simbolicamente constitui e transmite à Instituição, a par, no respeito pela liberdade religiosa, da referência que é para muitos militares e civis da Guarda e seus familiares ao nível particular, individual, da interioridade da pessoa, que se colocam na atitude, como diria Fernando Pessoa no seu heterónimo Bernardo Soares: «Nossa Senhora do Silêncio... Talvez seja nos teus olhos, encostando a minha face à tua, que lerei essas paisagens impossíveis, esses tédios falsos, esses sentimentos que habitam a sombra dos meus cansaços e as grutas dos meus desassossegos... Debruço-me sobre o teu rosto branco nas águas nocturnas do meu desassossego».



Nossa Senhora do Carmo  
Padroeira da Guarda Nacional Republicana



**SUA SANTIDADE**  
**O PAPE BENTO XVI**

acolhendo benevolmente o pedido do Ordinário Militar de Portugal de uma palavra amiga para a Guarda Nacional Republicana, no centenário da sua existência com a actual designação e no vigésimo quinto aniversário da proclamação de Nossa Senhora do Carmo como sua Padroeira pelo Breve *Beata Maria Virginem*, saúda cordialmente os 25.000 tutores da ordem e da segurança que formam a Instituição, desejando-lhes – no cumprimento dos seus deveres, gravosos e tantas vezes arriscados – a mesma confiança e serenidade que irradia do Menino nos braços da celeste Padroeira, pois só Cristo pode renovar o coração e fazer dele um «oásis» de paz no meio destes tempos revoltos. Com vivo e grato apreço pelo serviço que diariamente prestam à Nação e com votos de que as referidas efemérides possam reforçar a sua vocação de «servidores da segurança e da liberdade dos povos» que «contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da paz» – segundo a feliz expressão do Concílio Vaticano II (Const. past. *Gaudium et spes*, 79) –, o Santo Padre encoraja quantos compõem a Corporação e respectivos familiares a viverem e crescerem sob a protecção da Bem-aventurada Virgem Maria enquanto de coração lhes concede a implorada Bênção Apostólica.

Vaticano, 4 de Maio de 2011.

✽ Tarcisio Card. Bertone

*Secretário de Estado de Sua Santidade*